

BRUNO JOSÉ RODRIGUES DURÃES

**Trabalho Informal, Sofrimento e alienação no século  
XXI:**

**o trabalho nas ruas de Salvador.**

SALVADOR  
2004

BRUNO JOSÉ RODRIGUES DURÃES

**Trabalho Informal, Sofrimento e alienação no século  
XXI:**

**o trabalho nas ruas de Salvador.**

Monografia de conclusão do  
Bacharelado em Ciências Sociais da  
Faculdade de filosofia e Ciências  
Humanas da UFBA.

Orientadora: Prof. <sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria da  
Graça Druck de Faria.

SALVADOR  
2004

*IN MEMORIAN A JOSUÉ DURÃES E  
JOSÉ RODRIGUES PEREIRA (ZÉ DE MARIANO),  
dois homens que tiveram o trabalho  
como referencial de vida.*

À todos aqueles indivíduos que persistem incansavelmente em conquistar sua sobrevivência nos calçadões, becos, ruelas e “cantos” da cidade de Salvador, os quais faço questão de intitular gladiadores e desbravadores da modernidade. Ofereço-lhes este trabalho, como incentivo à resistência a opressão e como uma possibilidade de tirarmos nosso capuz, desvendando nossos olhos e destanpando nossos ouvidos para as condições precárias desses trabalhadores de rua.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a uma pessoa que deu origem a minha existência e que me manteve vivo e bem nutrido pelas idas e vindas da vida. Uma mulher, que costumo dizer, é uma mulher de verdade, com uma força que até os leões mais ferozes e tenazes se quietariam diante do seu andar. Uma trabalhadora que chegou a trabalhar quase que o dia todo, levantando às 5 horas da manhã para fazer o almoço para deixar para seus três filhos, antes mesmo do fabuloso Sol começar a brilhar em nossas cabeças, e ia trabalhar até às 9:20 da noite, quando ela retornava para casa. Essa foi sua rotina. Rotina de uma professora do Estado da Bahia que, devido a situações de necessidade, teve que batalhar muito para alimentar e dar escola aos seus três filhos. Ela sempre disse: “Filho estude, ninguém quer filho dos outros não...”; “...quem tem que fazer a vida é você, sua mãe não tem muito, mas estudo eu lhe dou”. Portanto, agradeço, a Marileide Rodrigues de Oliveira, minha “mãe-guerreira”, por tudo, pelo meu existir, pelo que deixastes e ensinastes a mim, responsabilidade, trabalho, solidariedade e felicidade.

A meu pai, José Carlos Durães, que tanto me inspirou e me inspira, nas suas façanhas na vida. Na sua forma atraente de conversar; na sua facilidade em conhecer pessoas, em se relacionar. Valeu JC por me proporcionar momentos de alegria e sutileza.

A meus tios (as): Olimar Oliveira, Marilene (Tia Iena), Maria de Lourdes (Tia Lú), José Rodrigues filho (Zezinho) e Lúcio Rodrigues, pessoas que estiveram presentes nos momentos difíceis.

A professora Graça Druck que tive a sorte de ter como orientadora. Em poucas palavras, meu muito obrigado, com sinceridade e companheirismo, de um aluno que compartilha com teu ideal de lutar contra esse capitalismo selvagem, por uma sociedade mais justa e por condições de trabalho dignas.

Ao professor Antônio Câmara, o qual me inspirou desde os primeiros dias de faculdade, pela sua simplicidade, humildade e sabedoria. Obrigado professor pelas conversas que tivemos, pelo

grupo de estudos sobre Hegel, pelas orientações para a prova de mestrado da Unicamp, pela sua amizade, valeu.

À minha companheira eterna e adorável Clarice de Souza Moraes, pela força que me deu nos momentos críticos dessa vida de estudante de sociologia e pelas importantes revisões que fez nesse trabalho.

Aos meus amigos: André Mota, Tiago Guedes, Isadora Lira, Ricardo Durães, Gibran Soares, Leonardo Tomaseli, Adelson Almeida, Angelo Augusto, Joseane, Leonardo Fernandes, Leonardo Sampaio, Elmo, Newton, Djalma e Antônio de Pádua. Pessoas que estiveram presente em diversos momentos de minha vida, nas alegrias e nas tristezas, obrigado por me aceitarem como amigo.

Aos colegas de pesquisa: Luis Flávio, Selma, Bartira, Theo Barreto, Luis Paulo, Pablo Aleluia, Queila Oliveira, Angélica Reis, e Pablo Aleluia, muito grato pela ajuda despreendida e pelas tantas reuniões que fizemos.

Aos funcionários e professores do Centro de Recursos Humanos da UFBA, na figura de: Gildete Improta, Nem, Alexandre, Carlos, Dadá, Dora, Ana, Eunice, Gildete Boa Morte, Edna e dos professores (a) Paulo Fábio, Gey Espinheira, Nide, Anete Ivo, Inaiá Carvalho, Alba e Guaraci. Enfim, todos que estiveram sempre dispostos a me auxiliar no que precisei.

As bolsas concedidas pelo CNPq que possibilitaram, entre outras coisas, a minha inserção na temática do trabalho.

Agradeço ao Colegiado de Ciências Sociais, na figura de prof. João Saturnino e Jade, que sempre me receberam tão bem. E, por fim, a prof.<sup>a</sup> Maria Gabriela por ter sido flexível com a antecipação do prazo para defesa dessa monografia

*Em que pese aos que pensam que, após o fim da história, será forçoso reconhecer que a pós-modernidade anunciará o fim do trabalho, o capitalismo neoliberal continua fundamentalmente centrado na dominação do trabalho e na apropriação das riquezas que este produz.*

(Dejours, 1999, p. 140)

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	VIII
APRESENTAÇÃO	09
INTRODUÇÃO	09
a) Formulação do Problema:	10
b)Objetivos:	11
c)Justificativa:	11
d) Hipóteses:	12
e)Processos de Observação:	12
f)Organização do Trabalho	13
<b>CAPÍTULO 1 – Trabalho Alienado, Informalidade e o Capital</b>	15
I – Trabalho Alienado	15
a) Algumas considerações conceituais sobre “trabalho”	15
b) Trabalho alienado	18
c) No mundo esclarecido duas opções são postas: alienar-se ou sofrer do horror místico do esclarecimento	27
d) Transformações no capitalismo: formas contemporâneas da alienação	30
e) O trabalhador de rua como um exército industrial de reserva	36
f) O trabalhador de rua e a acumulação do capital	39
II – O MERCADO DE TRABALHO HOJE	41
a) O trabalho formal no Brasil	41
b) O mercado de trabalho em Salvador	45
III – DE QUAL INFORMALIDADE ESTAMOS TRATANDO?	59
a) Informalidade: Setor Informal; Unidade econômica; Unidade jurídica (economia subterrânea, submersa ou invisível)	59
b) Atividade de rua: uma atividade típica da cidade de Salvador	65
c) A atividade de rua em Salvador no século XIX	66
d) A atividade de rua (informal) em Salvador nos dias atuais	68
<b>CAPÍTULO 2 – As condições de trabalho nas ruas</b>	71
I – Quem são estes trabalhadores de rua?	71
II – Peculiaridades e condições de trabalho na rua: a rua como um fator de sofrimento	77
<b>CAPÍTULO 3- O trabalhador de rua e o processo de alienação: em específico os trabalhadores tradicionais</b>	88
I – O trabalho de rua	88
II – O processo de alienação	88
III – CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	96

## LISTA DE TABELAS:

<b>Tabela 01</b>	<b>Distribuição dos Entrevistados por Setor de Atividade</b>	<b>49</b>
<b>Tabela 02</b>	<b>Estimativa da população Economicamente Ativa, Ocupados e Desempregados, e Percentual que Reside no Município de Salvador</b>	<b>53</b>
<b>Tabela 03</b>	<b>Distribuição dos Ocupados na Região Metropolitana de Salvador segundo o Município de Residência e de Trabalho</b>	<b>53</b>
<b>Tabela 04</b>	<b>Distribuição dos Ocupados que Moram ou Trabalham no Município de Salvador, segundo sexo e cor</b>	<b>54</b>
<b>Tabela 05</b>	<b>Distribuição dos Ocupados que Moram ou Trabalham no Município de Salvador, segundo sexo e cor</b>	<b>55</b>
<b>Tabela 06</b>	<b>Distribuição dos Ocupados que Moram ou Trabalham no Município de Salvador, segundo idade</b>	<b>56</b>
<b>Tabela 07</b>	<b>Distribuição dos Ocupados que Moram ou Trabalham no Município de Salvador, segundo grau de instrução</b>	<b>57</b>
<b>Tabela 08</b>	<b>Distribuição dos Ocupados que Moram ou Trabalham no Município de Salvador, segundo grau de instrução</b>	<b>58</b>
<b>Tabela 09</b>	<b>Distribuição de Entrevistados em relação às Maneiras de Atrair Clientes</b>	<b>72</b>
<b>Tabela 10</b>	<b>Distribuição de Entrevistados por Sexo</b>	<b>73</b>
<b>Tabela 11</b>	<b>Distribuição de Entrevistados por Cor</b>	<b>73</b>
<b>Tabela 12</b>	<b>Distribuição de Entrevistados por Faixa Etária</b>	<b>74</b>
<b>Tabela 13</b>	<b>Distribuição de Entrevistados por Situação Conjugal</b>	<b>74</b>
<b>Tabela 14</b>	<b>Distribuição de Entrevistados por Local de Moradia</b>	<b>75</b>
<b>Tabela 15</b>	<b>Distribuição de Entrevistados por Escolaridade</b>	<b>75</b>
<b>Tabela 16</b>	<b>Distribuição de Entrevistados em Relação aos Pontos de Trabalho</b>	<b>76</b>
<b>Tabela 17</b>	<b>Distribuição de Entrevistados em relação a algum Tipo de Registro</b>	<b>76</b>
<b>Tabela 18</b>	<b>Distribuição de Entrevistados em relação ao Ganho Mensal</b>	<b>77</b>
<b>Tabela 19</b>	<b>Distribuição de Entrevistados por Tipos de Violência</b>	<b>79</b>
<b>Tabela 20</b>	<b>Distribuição de Entrevistados por Principais Problemas</b>	<b>79</b>
<b>Tabela 21</b>	<b>Distribuição de Entrevistados por Impossibilidade de ir Trabalhar</b>	<b>81</b>
<b>Tabela 22</b>	<b>Distribuição de Entrevistados por Horas de Trabalho por Dia</b>	<b>82</b>
<b>Tabela 23</b>	<b>Distribuição de Entrevistados por Dias de Trabalho por Semana</b>	<b>82</b>
<b>Tabela 24</b>	<b>Distribuição de Entrevistados em Relação ao INSS</b>	<b>83</b>
<b>Tabela 25</b>	<b>Distribuição de Entrevistados por Plano de Saúde</b>	<b>83</b>
<b>Tabela 26</b>	<b>Distribuição de Entrevistados em Relação ao SUS</b>	<b>84</b>
<b>Tabela 27</b>	<b>Distribuição de Entrevistados em Relação ao Sindicato ou Associação</b>	<b>85</b>
<b>Tabela 28</b>	<b>Distribuição de Entrevistados sobre o que acha do Sindicato ou Associação da Categoria</b>	<b>86</b>





## APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa tem sua origem na minha experiência como bolsista de iniciação científica (Pibic-Cnpq), desde 2001, em projetos<sup>1</sup> coordenados pela Prof.<sup>a</sup> Graça Druck, na linha de pesquisa “Trabalho, Saúde e Meio Ambiente”, situada no Centro de Recursos Humanos/FFCH da UFBA. Essa experiência me possibilitou uma vivência com o campo sociológico e ,em específico, com a sociologia do trabalho, algo que marcou intensamente a escolha da informalidade como centro de estudo.

Nesta pesquisa temos como objeto os trabalhadores de rua de Salvador do Século XXI, com sua estruturação social e urbana, ou melhor, com suas condições de trabalho.

## INTRODUÇÃO

A temática da informalidade se faz relevante no momento atual, principalmente pela crescente participação dessa na composição do mercado de trabalho urbano, e está situada em um processo mais amplo de redefinição do trabalho formal, de “crise do emprego” e do desemprego estrutural tão comum hoje em dia. Assim, estudar a informalidade é estudar a própria modernidade e suas questões sociais. Temos como parâmetro central desse estudo a compreensão da informalidade como um fenômeno em expansão, mas que, todavia, é tão

---

<sup>1</sup> “Novos e velhos trabalhadores informais: o trabalho nas ruas na cidade de Salvador/BA”, “O trabalho informal na cidade de Salvador/BA”, “Trabalho informal um estudo comparativo” e “Trabalho, Flexibilização e Precarização: (Re) Construindo conceitos à luz de estudos empíricos”.

criticado e colocado em segundo plano principalmente pelo poder público (municipal, estadual e federal).

Temos como **objetivo central** desse estudo caracterizar a relação da informalidade de rua com o processo de alienação. Para tal, partimos da suposição de que o trabalho de rua deriva de uma “escolha forçada” e se caracteriza por ser uma **forma de sofrimento e de alienação**. “O trabalho externo, o trabalho em que o homem se aliena, é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de martírio.”(Marx,2003:114). “O trabalho (...) perdeu toda a aparência de manifestação de si e só lhes conserva a vida definhando-a” (Marx, 1976:91). O trabalho de rua também aparece, geralmente, como um sofrimento, um “labor”, uma busca imposta e heróica pela sobrevivência. Assume assim, a característica de um trabalho alienado, devido ao fato de que o homem, enquanto um ser “lúcido” (consciente), transforma a sua “atividade vital” (o seu trabalho) em um simples meio de manter a sua existência, retirando do trabalhador a característica de uma “atividade vital” livre, passível de escolhas (da lucidez humana), haja vista, teoricamente, que o homem faz da “atividade vital” (do trabalho) “objeto da vontade e da consciência”, ou seja da escolha. Neste caso, para o trabalhador de rua seu trabalho, nem de longe, aparece como uma escolha, mas sim, como uma imposição, uma possibilidade de sobrevivência.

### **a) Formulação do Problema:**

Posto o cenário da informalidade numa perspectiva ampliada, propomo-nos aqui a analisar a informalidade de rua, isto é, as atividades informais que têm a rua como parte intrínseca do seu espaço de trabalho. Para tanto, temos como questão: **O trabalho de rua é resultante de uma escolha autônoma do trabalhador?**

Por escolha autônoma compreendermos que seja a opção de livre iniciativa do trabalhador, quer dizer, um ato realizado pelo mesmo diante de outros atos possíveis. Com isso, estamos tentando analisar se, de fato, a atividade de rua é um reduto da livre iniciativa, da escolha autônoma.

**b) Objetivos:**

- 1- Demonstrar como as diferentes formas assumidas pela categoria alienação referem-se tanto às atividades formais como a atividade informal de rua.
- 2- Evidenciar como que a atividade de rua se apresenta como uma escolha imposta, uma “escolha forçada”, uma possibilidade bem delimitada de inserção social precária em um contexto de exclusão do mercado formal de trabalho.
- 3- Revelar a condição de aprisionamento vivida pelo trabalhador de rua que o coloca na condição de alienação em relação à organização de sua atividade.
- 4- Explicitar como que o trabalhador de rua exerce uma função de “trabalhador gratuito” para o capital.
- 5- Explicitar como que o trabalhador de rua se inseri na condição de exército industrial de reserva.
- 6- Situar a relevante participação da informalidade no heterogêneo mercado de trabalho da região metropolitana de Salvador.

**c) Justificativa:**

Esta pesquisa, bem como os seus objetivos, se justifica pelas seguintes razões citadas abaixo:

- 1- Pelo caráter inovador que essa temática possibilita, principalmente, na relação que pode se estabelecer entre informalidade e alienação.
- 2- A atividade informal aparece como elemento crucial e expressivo para a sobrevivência social e econômica da Região Metropolitana de Salvador.
- 3- Ainda são muito escassos e insuficientes os trabalhos na área da sociologia com o intuito de compreender e explicar este fenômeno.

### **d) Hipótese:**

1- O trabalhador por não ter opção de inserção no trabalho formal se insere na atividade informal (de rua) como uma “escolha forçada” e sofre de um processo de docilização exercido pelo poder público municipal, que impõe controle e comodismo ao trabalhador.

Docilização: Processo no qual o trabalhador insere-se em um contexto de controle e submissão, exercendo sua atividade sob os ditames do órgão de fiscalização (do “RAPA”), terminando por se inserir em um processo de satisfação momentânea imposta pelo fiscalizador, que o conduz a uma quietação e aceitação de sua condição de submisso. Isso, conjugado com a especificidade da atividade de rua, a qual caracteriza-se por ser uma atividade insegura, incerta e precária, evidencia o que Bourdieu (1998) afirma: a condição de inserção social precária (insegura) leva a uma não reação coletiva (impede qualquer antecipação racional), tendo em vista que seria necessário o mínimo de crença e de esperança no futuro para se revoltar, sobretudo a coletividade.

### **e) Processos de observação:**

O universo da pesquisa consta de um total de 191 trabalhadores de rua de Salvador que foram entrevistados durante os anos de 2001 e 2002. A pesquisa de campo foi realizada nas ruas de diversos bairros da cidade de Salvador: Calçada, Suburbana, Liberdade, Centro, Sete Portas, Vasco da Gama, Federação, Rodoviária, Porto da Barra, Piatã, Ondina, Comércio e Cajazeiras. E, dentre às atividades têm-se: vendedor ambulante, camelô, taxista, baianas de acarajé, transporte escolar e trabalhador autônomo.

1- Fontes primárias:

- Aplicação de questionário estruturado em perguntas fechadas e abertas àqueles trabalhadores que hoje exercem atividade informal de rua.

- Observação de campo para uma convivência com os trabalhadores que possibilitasse uma melhor apreensão de suas condições de trabalho e de vida.

## 2- Fontes secundárias:

- Foi feita uma consulta ao banco de dados da Pesquisa de Emprego e desemprego realizada pela Faculdade de Economia-UFBA e DIEESE;
- Foi utilizado o Banco de dados das Pesquisas “Velhos e Novos trabalhadores informais: o trabalho nas ruas na cidade de Salvador/BA” e “O Mapa do trabalho informal em Salvador” coordenadas pela professora Graça Druck (CRH-UFBA-FFCH), nas quais trabalhei como bolsista de iniciação científica (PIBIC-UFBA-CRH).

### **f) Organização do trabalho:**

Essa pesquisa consta de três capítulos:

No primeiro foi feita uma revisão teórica da categoria trabalho e da categoria alienação, tendo como autor principal de fundamentação teórica Karl Marx, passando por alguns comentadores, como: Mézaros, Jesus Ranieri, Antunes e Laymert Santos. Caracterizou-se as formas contemporâneas de alienação (Taylorismo, Fordismo, modelo Japonês). Fez-se também uma relação da informalidade com o exército industrial de reserva e o processo de acumulação. Por fim, situou-se o trabalho formal no Brasil e o mercado de trabalho em Salvador, além de uma revisão teórica sobre a temática da informalidade na sociologia do trabalho, definindo qual informalidade vamos tratar.

No segundo capítulo, evidenciam-se os resultados do trabalho de campo, oriundos da aplicação do questionário e da análise de algumas narrativas que se fizeram presentes no momento das entrevistas. Estes resultados permitiram compor um perfil desses trabalhadores de rua da atualidade, explicitando suas condições de trabalho nas ruas, revelando as marcas danosas da precarização.

O terceiro capítulo apresenta-se como uma tentativa de compor uma conclusão, uma resposta para nosso problema, estabelecendo o paralelo entre atividade de rua e o processo de alienação.

## Capítulo 1: Trabalho Alienado, Informalidade e o Capital

### **I – Trabalho Alienado**

#### a) Algumas considerações conceituais sobre “trabalho”

Conforme Astrada (1968, p.32), a ascendência etimológica do *trabajar* castelhano como a do *travailler* francês e do *travagliare* italiano é o vocábulo latino *tripaliare*, do substantivo *tripalium*, aparelho de tortura, formado por três paus onde, em geral, eram atados os condenados (gladiadores do circo romano e escravos). Trabalhar, pois, significava estar submetido à tortura. Já para Santos (2000, p.43), o termo trabalho se origina no século XI também do termo *tripalium*, mas não assume só essa significação de aparelho de tortura. Para este autor, refere-se também ao lugar onde se colocavam os bois para serem ferrados e era também um “...instrumento feito de três paus aguçados, munidos, algumas vezes, de pontas de ferro, no qual os agricultores bateriam o trigo, as espigas de milho, o linho, para rasgá-los e esfiapá-los.” (Santos, 2000, p.43).

Portanto, o trabalho, desde sua origem etimológica referia-se ao sofrimento do indivíduo, logo, uma acepção negativa, segundo Santos (2000, p.43) “...o trabalho teve como significado primeiro o de *castigo, tortura, tormento, sofrimento*.” Para o autor “...a noção negativa de trabalho já havia sido referida no livro Gênesis, II, 19, na Bíblia, onde está escrito: ‘comerás o teu pão com o suor do teu rosto, até que voltes à terra de que foste tirado; porque és pó, e em pó te hás de tornar’. A valorização positiva emerge primordialmente na Europa, já na modernidade. “É sabido que a valorização positiva do trabalho começa na idade moderna, e é Hegel que, na instância filosófica, dá-lhe carta de cidadania.” (Astrada, 1968, p.32).

“Para Marx (...) o trabalho é o trabalho do homem, e o seu resultado vai ser o próprio homem, cuja tarefa é instaurar, mediante uma praxis social, uma ordem pela qual é ele o único responsável, e na qual se reencontre com sua própria humanidade.”(op. cit. p.37).



De acordo com Marx, o trabalho tem um duplo conteúdo: de um lado, o sentido filosófico (ontológico), como categoria mediadora do homem com a natureza, logo comum a todos os indivíduos, comportando a sua própria essência (Marx, 1976); de outro, o conteúdo histórico, constituindo-se sob diversas formas – no sistema escravista o escravo era a mercadoria, a “coisa” vendida e comprada; na era feudal, o servo da gleba era subjugado ao senhor, dono da terra; e no capitalismo, o operário (trabalho assalariado) é a principal força de produção, dotado de sua força de trabalho que se transforma em mercadoria. Em outras palavras, a cada modo de produção corresponde uma forma de trabalho específica.

Na sociedade capitalista o trabalho assume uma forma assalariada. Assim, para Marx, o capitalismo constituiu uma divisão do trabalho única na história e que marcou todo o seu modo de produção. Essa divisão baseou-se na separação entre trabalho intelectual e o trabalho manual, consolidando a separação entre o trabalho concreto (produtor de valor de uso, dotado de qualidades) e o trabalho abstrato (social, universal, comum a todos os homens, produtor de valor de troca). É também na sociedade capitalista que se sedimenta o domínio da mercadoria, isto é, da coisa. A mercadoria assume a forma valor de troca e se “liberta” de seu criador, do homem, autonomizando-se (tornando-se fetiche), impondo-lhe gostos e usos dos mais diversos. O homem não consegue enxergar na mercadoria um produto do seu trabalho, ou seja, estranha-se diante do produzido, restando-lhe apenas a aparência, e esta é sua forma valor, convencionalmente socialmente, historicamente constituída, naturalizada na vida. Assim, tem-se por um lado, o trabalho voltado para as necessidades vitais (comer, dormir etc.), que constitui o primeiro fato histórico para Marx (1976:33) (gerador de novas necessidades); e, por outro, com o desenvolvimento do capitalismo, ocorre a apropriação do trabalho, através da relação de assalariamento, processo que leva ao estranhamento do produto gerado pelo trabalhador, dos meios (instrumentos) de trabalho e do próprio homem que produz, levando a que “... a práxis do homem torna-se um obstáculo e, ao mesmo tempo, num produto estranho que o subjuga, escapa ao seu controle” (Ranieri, 2000, p.128).

A mercadoria, enquanto força de trabalho, assume uma especificidade especial na sociedade capitalista que é a de ter em seu valor-de-uso a utilidade de gerar valor, logo ela é geradora de riqueza para o capitalista. Para Marx, a mercadoria caracteriza-se como uma particularidade histórica no sistema capitalista (Marx, 2002, p.199). Essa especificidade da

mercadoria conjugada com o fato do trabalhador se encontrar livremente no mercado para vender sua força de trabalho, constitui a gênese do capital que, para Marx (2002, p.200), significa “...que o possuidor de meios de produção e subsistência encontra o trabalhador livre no mercado vendendo sua força de trabalho, e esta única condição histórica determina um período da humanidade. O capital anuncia, desde o início, uma nova época de produção social.” Isto é, o trabalhador no mercado está ofertando sua força de trabalho (geradora de valor e de mais-valia) ou sua capacidade de trabalho que significa “...o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano as quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie”. (Marx, 2002, p.197).

O trabalhador como força de trabalho (no trabalho assalariado) insere-se em uma condição tal que fica a mercê do capitalista – comprador da força de trabalho, possuidor do dinheiro –, o que resulta em dois fenômenos: por um lado, o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, o qual dita o ritmo, a organização e a forma do trabalho; por outro, o produto gerado é propriedade do capitalista (Marx, 2002, p.218). Para o trabalhador não resta outra possibilidade de existir, de reproduzir-se, de manter-se vivo, a não ser tornar-se a si mesmo uma mercadoria. Ademais, o próprio modo de produção capitalista assume uma especificidade. Por um lado, tem-se o possuidor do valor ou do dinheiro (o capitalista), de outro, o possuidor da substância criadora de valor (o trabalhador como força de trabalho, como mercadoria). A junção dessas duas partes constitui o modo de produção capitalista, baseado na produção de mais-valia. E, o motor de produzir essa mais-valia é a mercadoria (força de trabalho). Assim, para transformar dinheiro em capital, não basta a produção, nem a circulação, é preciso haver essa junção, capitalista e força de trabalho (Marx, 2002, p.665).

A força de trabalho, portanto, é a fonte da mais-valia, do mais-valor. Por exemplo, o produto que é gerado em 4 horas de trabalho em uma jornada de 8 horas constitui uma quantidade de dinheiro X, que é suficiente para suprir a “cesta de consumo” do trabalhador (paga seus salários) e paga os insumos da produção. Só que a jornada é de 8 horas, logo, sobraram 4 horas, de mais trabalho, de trabalho excedente, não pago, que vai resultar em novos produtos e estes vão cristalizar esse trabalho não pago, que vai ser transformado em mais-valia, em capital, em lucro, em riqueza para o capitalista, riqueza essa a custo zero. “A mais-valia se origina de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo...” (Idem, 2002, p.231),

que pode ser um prolongamento da jornada, caracterizando a mais-valia absoluta ou uma intensificação do ritmo de produção, aumento de produtividade, seja com o uso de tecnologia ou de modelos de gestão, caracterizando a mais-valia relativa.

Por fim, para Marx (2002, p.206), o trabalhador neste modo de produção capitalista se encontra “...tímido, contrafeito, como alguém que vendeu sua própria pele e apenas espera ser esfolado.”

Nesta concepção, o trabalho representa a esfera central do homem, seja no aspecto material, objetivo (exterior), ou na formação das subjetividades, tendo como ponto de partida as condições reais de existência dos homens, a começar pela sua própria sobrevivência, através da produção dos meios necessários pelo seu trabalho. Dessa forma, para o marxismo, o trabalho apresenta-se como uma “protoforma” (Antunes, 1999) da existência humana.

## b) Trabalho Alienado

O termo “alienação” foi muito polemizado e redimensionado ao longo dos anos. Pode-se pensar em sua origem, conforme Mézaros (1981), desde o judaísmo, o cristianismo, podendo mesmo encontrar referência deste termo na bíblia. Segundo Santos (1982, p.10), a palavra “alienar” vem do latim *alienare*, de *alienus*, que significa “que pertence a um outro”. Alienar é, portanto, transferir para outrem o domínio de, é tornar alheio. Para Santos (1982, p.11) alienado é “...escravo das coisas e dos progressos da humanidade que se voltam contra eles, (...) vítima de condições externas (econômicas, políticas e sociais), (...) despedaçado.” Pode-se constatar assim que esta denominação tem sua origem muito tempo antes das primeiras formulações do considerado “jovem Marx”, de fato, muitos trataram da “alienação” antes de Marx, como, em específico, Rousseau, Hegel e Feuerbach. O primeiro se referiu a este conceito como significando “alienar é dar ou vender”, que tem como primazia o “contrato social”. Este assegura ao novo Senhor o direito de manipular como coisas os seres humanos supostamente “livres”, desde que estes “escolhessem livremente” celebrar o contrato (Mézaros, 1981, p.36). Esse elemento da alienação, de ser de “livre iniciativa” do indivíduo o processo de alienar-se, é o que caracteriza primordialmente o sistema capitalista – fato de o trabalhador ir livremente no

“mercado” ofertar sua única mercadoria, a força de trabalho. Todavia, Rousseau só se atém a contrapor a concentração da riqueza, e não o poder alienante do dinheiro e da propriedade, relacionando-a ao “dever” moral. A superação (transcendência) da alienação aqui se apresentava como um “dever” moral a ser efetivado pelos homens (Mészáros, 1981).

Já para Hegel, a questão da superação da alienação não significava uma questão de “dever” moral, mas uma necessidade imanente ao processo dialético como tal. E esta superação dar-se-ia pelo trabalho: “...pois a consciência que trabalha tem então a oportunidade de se ver como independente de si mesma, como um objeto, como uma coisa.” (Santos, 1981, p.20). “Em suma, é por intermédio do trabalho que a consciência sai fora de si para chegar a si mesma. Por isso, o trabalho é uma mediação, um processo criador através do qual a consciência passou de um termo a um termo final.”(Santos, 1981, p.21). Dito isso, para Hegel, o trabalho aparece como uma atividade positiva, pois ele leva a superar a alienação, inerente ao mundo objetivado, no qual os indivíduos vivem alienados e precisam realizar o movimento de conhecer a si mesmo (sair de si, olhar para si e voltar para si, na consciência, no próprio pensamento), para assim, sair do processo alienante, conhecer-se a si e se objetivar no mundo como uma manifestação do espírito absoluto. Esta é uma concepção voltada para a consciência do sujeito, um movimento abstrato no pensamento, independente das contradições do sistema capitalista. Marx contrapõem-se a esta concepção do movimento abstrato do pensamento, afirmando que o movimento do pensamento, por si só, não é uma mera abstração, mas sim, traz as contradições do sistema capitalista, pois traz o real. Marx evidencia na Ideologia Alemã (1ª parte) essa relação entre pensamento e o real vivido. Nesta obra, Marx critica os idealistas alemães (Hegel, Feuerbach, São Bruno, Stiner, entre outros) ressaltando a importância de partir das categorias conceituais existentes, pois elas em si já trazem o real, não podendo ser formuladas para além do real, pois só existem devido ao real, o que Hegel não aceitava.

Por fim, para Feuerbach, a alienação situa-se na religião. Para este teórico, tornava-se necessário “Desfazer a fantasia, mostrar que Deus é um fantasma. Significa, portanto, reconciliar o homem com a realidade e com a espécie.” (Santos, 1982, p. 25-26).

Feuerbach acreditava que o movimento de desalienação se dá através do mundo perceptível, a essência é o que existe, e não elucubrações abstratas ou intangíveis, diferentemente de seu mestre (Hegel) que caracteriza a essência através do pensamento.

Partindo de outra perspectiva, poderemos compreender a “alienação” em Marx, inicialmente, como um meio de entendimento do real: que traz implícito os desencadeamentos históricos. Dessa forma, pode-se então pensar o conceito de alienação atrelado ao fluxo do desenvolvimento histórico do próprio sistema capitalista, no desenvolvimento de suas forças produtivas e na instauração subsequente do processo de contradição entre essas forças produtivas desenvolvidas com as relações de produção. Assim, a contradição interna do próprio modo de produção capitalista abriria espaço para a superação das condições alienantes e opressoras de existência. É o que Lukács (1974) irá remontar como o momento onde a consciência da classe operária vem a tona e conduz a revolução. Este também é o momento, segundo Silvio Sant’Anna (2003, p.17), na introdução do Manifesto, em que o “...dragão devorador (capitalismo) das estruturas do passado é na verdade (mostra-se) autofágico, pois está para devorar-se a si mesmo”. Portanto, esta concepção de superação da alienação de Marx é “...liberada dos postulados morais abstratos de seus antecessores” (Mészáros, 1981, p.61), para propor o rompimento com o modo de produção vigente e conseqüentemente com a estrutura social estabelecida, já que para Marx (2003) no manifesto, o modo de produção constitui uma determinada formação social.

Conforme Mészáros (1981, p.62), a novidade da teoria de alienação de Marx, em relação às concepções de seus antecessores, pode ser resumida preliminarmente da seguinte forma: 1) as categorias de base da teoria de Marx são as da necessidade (“é”), ou seja, as coisas no mundo são, a depender das necessidades do homem e são, portanto, inerentes aos fundamentos ontológicos objetivos da vida humana, e não a categoria do “deve”, relacionado a compromisso moral, deve ser assim...; 2) Marx tem como parâmetro a universalidade do trabalho, adotado criticamente, e não à parcialidade utópica, isto é, o trabalho assume uma extensão universal do ser humano, que não pode ser reduzido a especificidade do indivíduo; 3) sua crítica parte de uma totalidade concreta e dinâmica da sociedade, a partir da base material do proletariado (do real constituído historicamente) como uma força histórica autotranscendente (universal), e não de uma totalidade especulativa (abstrata, hegeliana).

Para Marx, o trabalhador no modo de produção capitalista se reduz a um apêndice da máquina, a mais um fator de produção, e está subsumido ao sistema produtivo. Na verdade, na esfera da produção quase tudo, ou tudo, é do capitalista, vejamos: as forças produtivas (força de

trabalho, técnica, instrumentos...), incluindo a força de trabalho na qual está atrelada o seu valor-de-uso, com a especificidade de ser uma mercadoria especial, pois ela além de se reproduzir, produz valor (valor de troca, produz novas mercadorias) ,ou seja, é fonte de riqueza (trabalho excedente, mais valia); e, as relações de produção (organização do trabalho, regras de trabalho...). Portanto, temos, de um lado, o capitalista, possuidor da propriedade privada (dono do trabalho alheio, materializado na mercadoria, trabalho acumulado), e, de outro, o trabalhador, sem propriedade privada, cuja única mercadoria que possui é a única fonte de sobrevivência é a sua força de trabalho, ou seja, ele mesmo. Disto, conclui-se que o trabalhador (força de trabalho) nesse sistema participa como fonte de riqueza para o capital e só recebe em troca sua “cesta de consumo” (valor necessário para sua reprodução social e para a reprodução da própria força de trabalho).

Segundo Marx,

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e em extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens. (Marx, 2003, p.111)

Com esta citação de Marx, percebe-se como o trabalho assume uma feição de produzir riquezas e de se tornar, ao mesmo tempo, um mecanismo de coisificação do mundo. Na verdade, o trabalho coisifica a si mesmo. Esse é o caráter misterioso da mercadoria, que passa a constituir um mundo de relações entre coisas e não mais relações entre os homens, criadores dessas coisas. De acordo com Lukács (1974), a reificação se alastrou por toda a vida social, inclusive pelo pensamento, assumindo na mercadoria, em sua forma fetichizada, uma acepção universal, modeladora da sociedade, das relações sociais. A mercadoria assume a aparência de ser social total, no império de sua forma “valor” (valor de troca), condensando sua aparência de trabalho

abstrato, universal, o que torna cada vez mais difícil rasgar o véu da reificação, ou seja, tirar a máscara universal da mercadoria, romper o trabalho abstrato aparente, e perceber o trabalho concreto, humano, o produto humano, ver o próprio homem.

Para Lukács, com o industrialismo, com a racionalização no trabalho, com o trabalho parcializado, observa-se que as propriedades humanas do trabalho aparecem como simples fontes de erro. O homem/trabalhador aparece como parte do processo de trabalho, parte mecanizada e não como verdadeiro portador deste processo. Ele não tem mais visão/noção do todo, controle dos meios, dos instrumentos de trabalho. Assim, com essa mecanização/racionalização, as atitudes do trabalhador perdem seu caráter de atividade criadora para se tornar atividade contemplativa (Lukács, 1974, p.102-104).

Assim, a mercadoria assume esse caráter misterioso no modo de produção capitalista e oculta um segredo, o de não mostrar em sua forma aparente sua “história”, seu trabalho concreto incorporado na mercadoria, não mostrando as marcas de sua produção, o tipo de atividade do trabalhador que a produziu, em que condições produziu, isto é, a mercadoria se resume a sua aparência de valor de troca.

Dentro deste cenário do sistema capitalista o trabalho assume a feição de trabalho alienado. O trabalho caracteriza-se, fundamentalmente, por ser a relação entre o homem e o mundo externo sensível, e é a partir desse mundo que o homem produz coisas, as quais no sistema capitalista autonomizam-se e se tornam externas e independentes de seu criador, impondo-lhes gostos e desejos.

Marx evidencia o processo de alienação em quatro categorizações. Primeiro, a alienação com relação ao produto do trabalho, “alienação da coisa”, ou seja, o estranhamento diante do que se produziu. O trabalhador não se reconhece enquanto produtor, não mais encontra identidade com o resultante do seu trabalho, na verdade, essa resultante lhe aparece como uma coisa estranha que não lhe pertence. O objeto do trabalhador encontra-se “...fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição a ele, que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagonista.” (Marx, 2003, p.112).

A segunda relaciona-se à própria atividade produtiva, isto é, a própria atividade como um elemento de alienação. É a “auto-alienação” que se caracteriza por ser a relação de impotência e sofrimento diante da atividade, dirigida contra o trabalhador e independente deste, que não lhe pertence (Marx, 2003, p.115). É o processo de “alienação ativa”, pois só assim pode-se perceber o produto do trabalho como alienação. A alienação na produção é a alienação na atividade. Disto temos, conforme Marx (2003, p.114)

... o trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua característica; portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruina o espírito (...) o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mais imposto, é trabalho forçado. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades. **O trabalho que o homem se aliena é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de martírio.** (grifos meus).

Esse é o trabalho alienado (estranhado), externo ao trabalhador, pois não lhe pertence. Para Marx, a atividade do trabalho, como a religião, não é uma atividade espontânea do homem (da fantasia humana), mas ela pertence a um outro, independe do trabalhador. E esse ser outro, este ser estranho, Marx (nos Manuscritos) o denomina de não trabalhador, capitalista ou senhor do trabalho, que tem como fonte de deleite e de prazer o martírio do outro, o trabalho alienado. Seu principal ganho é a propriedade privada que é, para Marx, produto do trabalho alienado e meio pelo qual o trabalho se aliena. Enfim, Marx concebe a produção do trabalho na sociedade capitalista como

...o trabalho produz coisas boas para os ricos, mas produz a escassez para o trabalhador. Produz palácios, mas choupanas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformidade para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas encaminha uma parte dos trabalhadores para um trabalho cruel e transforma os



outros em máquinas. Produz inteligência, mas também produz estupidez e a cretinice para os trabalhadores.(Marx, 2003, p.113).

A consequência da “perda de si” do trabalhador na atividade alienada, essa não realização de si, essa não espontaneidade, termina por brutalizar o homem e este só se satisfaz nas funções animais: comer, dormir... . “O elemento animal torna-se humano e o humano, animal.” (Marx, 2003, p.115).

Na terceira categorização da alienação, Marx relaciona a alienação do trabalho a um processo mais geral, referindo-se a espécie humana, ao homem como um ser genérico, um ser universal e livre. A alienação aqui conduz para um distanciamento do homem com relação ao homem genérico (ser humano), do homem com a natureza, já que o ser humano faz parte da natureza. E, a natureza mantém com o homem uma relação de interdependência e de complementaridade, haja vista, que a natureza funciona como meio de existência para o homem, assim como o homem também é natureza. O trabalho alienado aliena o homem de si mesmo, ou seja, de sua capacidade ativa, sua atividade fundamental (enquanto ser genérico), portanto rompe o homem da condição de ser genérico, reduzindo-o a uma condição de vida individual, reduz a vida do homem a um simples meio de vida, a ter no trabalho apenas um meio de sobrevivência. Dessa maneira, o homem perde sua vontade e sua consciência em relação à atividade vital, resumindo-se a sobrevivência, e, neste ponto, o homem se assemelha ao animal. “ O trabalho alienado inverte a relação, uma vez que o homem, enquanto ser lúcido, transforma a sua atividade, o seu ser, em simples meio da sua existência.”(Marx, 2003, p.116).

Por fim, na quarta categorização de alienação de Marx, o homem está alienado do homem. O homem alienado da sua vida genérica significa que ele está alienado dos outros homens, e que cada um dos outros se encontra do mesmo modo alienado da vida humana (Marx, 2003, p.118).

“Assim, o conceito de alienação de Marx compreende as manifestações do ‘estranhamento do homem em relação à natureza e a si mesmo’ de um lado e as expressões desse processo na relação entre homem-humanidade e homem e homem de outro.” (Mészáros, 198, p.117).

Para resumir esse processo de alienação em Marx, evidenciado nos Manuscritos de Paris, é mister citar Ranieri (2001, p.8-9), que se refere a este como sendo o “estranhamento” e que pode ser condensado como

...um ato, ou ação maior no tempo e no espaço, em que o homem, tomado genericamente (portanto como ser social), se torna alheio, isolado, estranho aos resultados ou produtos de sua própria atividade, assim como à atividade mesma, além de estar isolado ou alheio à natureza a partir da qual produz e vive em conjunto com outros seres humanos. Igualmente, este processo de estranhamento aparece nas relações estabelecidas entre os próprios homens como insuficiência do processo de reconhecimento societário...

Percebe-se na teoria de alienação de Marx que ele se rebelou e protestou contra a alienação e a reificação, apontando para a possibilidade da “plena realização da natureza do homem”.

Para Mészáros, existem duas formas (ordens) de mediação do mundo, que perpassam pelo trabalho: uma, como o ser no mundo, determinação ontológica fundamental da existência humana, e outra, uma forma particular, histórica, advinda da divisão do trabalho capitalista (propriedade privada, trabalho intelectual e manual, troca). É nesta segunda forma que o trabalho é a base de toda alienação.

A atividade produtiva é, portanto, atividade alienada quando se afasta de sua função adequada de mediar humanamente as relações sujeito-objeto, entre homem e natureza, e tende, em lugar disso, a levar o indivíduo isolado e reificado a ser reabsorvido pela ‘natureza’. Isso pode ocorrer até mesmo em uma fase altamente desenvolvida da civilização, se o homem for sujeitado, como diz o jovem Engels, a ‘única lei natural baseada na inconsciência dos participantes’ (Mészáros, 1981, p.77).

A grande realização histórica de Marx foi cortar o nó górdio dessa série de mediações, mistificadamente complexas, afirmando a validade absoluta da mediação de primeira ordem, ontologicamente fundamental (...) contra sua alienação na forma de divisão do trabalho – propriedade privada e troca capitalistas. Essa grande descoberta teórica abriu o caminho para a ‘desmistificação científica’, bem como para uma negação real, prática, do modo de produção capitalista. (1981, p.79).

De fato, estas formulações de Marx geraram polêmicas irresolutas até o momento presente da civilização, e provocaram debates aparentemente infundáveis, tendo em vista que para uma gama de autores existem dois Marx, um dos Manuscritos (o “jovem Marx”), concebendo um homem genérico, o homem como humanidade, e o da Ideologia Alemã (o “Marx maduro”), concebendo o homem historicamente constituído. Mas, o que nos interessa é seguir uma linha de continuidade entre esses dois momentos de Marx. Na verdade, há uma relação de complementaridade (Jesus Ranieri, Leandro Konder<sup>2</sup>, Laymert Santos ), e, portanto, o que nos interessa é uma compreensão geral do processo de alienação, e não temos como objetivo nesse trabalho entrar em polêmicas específicas. Mas, para podermos nos situar num panorama geral, vamos delinear, em linhas gerais, o que significa a existência dessa forma de trabalho alienada e desse processo de reificação do mundo.

---

<sup>2</sup> No livro *Marxismo e Alienação*, 1965.

c) No mundo esclarecido duas opções são postas: alienar-se ou sofrer do horror místico do esclarecimento

O esclarecimento tem por objetivo livrar os homens do medo e investi-los na posição de senhores, de deuses, seguros de si. Seu programa era o desencantamento do mundo, ou seja, a racionalização do mundo. Sua meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber, isto é, romper com os idealismos, imaginações, fantasias, criações acerca da origem do homem, do mundo, da natureza e romper com o sobrenatural, com a não compreensão, tornando tudo inteligível, rompendo assim com a tradição naturalizada e irracional, fundada na crença, no medo e no temor (Adorno e Horkheimer, 1985, p.19).

Esse processo de racionalização do mundo, de destruição dos mitos se efetiva de fato a partir da Revolução Francesa, com o iluminismo. Instaure-se o predomínio do saber, da razão, e esse predomínio é poder. Assim, consolidou-se a ciência como a portadora e a detentora desse poder. Espalhou-se no mundo a visão científica como a própria visão sacralizada, firmou-se o império da razão (afastado do perigo do “estado de natureza”). Antes desse esclarecimento os homens viviam diante de formas mitológicas, onipotentes que o próprio homem havia criado a sua imagem e semelhança, sob as quais eles próprios se subjugavam, “idolatravam”, pois estavam assimilados pela natureza. Esta lhes exercia fascínio e controle. Com o mundo racionalizado, os sujeitos passam a dominar a natureza, e mais que isso, passam a ser potência de poder, passam para a posição de esclarecedor do mundo, só que esta posição estava restrita a alguns escolhidos, ou melhor, “iluminados”. A rigor, no processo de esclarecimento do mundo já havia uma dominação de classe.

Conforme Adorno e Horkheimer (1985, p.32), “A natureza não deve ser influenciada pela assimilação, mas deve ser dominada pelo trabalho”. O mundo do esclarecimento é nominalista, institui visões de mundo, explica o mundo a luz do cálculo, da razão, da técnica. “A natureza é, antes e depois da teoria quântica, o que deve ser apreendido matematicamente. Até mesmo aquilo que não se deixa compreender, a indissolubilidade e a irracionalidade, é cercado por teoremas matemáticos” (op. cit., p.37). O esclarecimento se baseia, portanto, na lógica, no cálculo das coisas do mundo, identificando-se, previamente, o todo do mundo com a verdade do

método científico, da fórmula. Assim, acreditava-se que o mundo esclarecido estava a salvo do retorno ao mítico.

Pode-se supor que o “mundo reificado” tem sua origem no esclarecimento do mundo. O esclarecimento produz um mundo reificado, coisificado, um meio (instrumental) para alcançar um fim (a verdade, o conhecimento, o domínio), sustentado em uma forma de trabalho alienado. Esse pensamento é reificado num processo autônomo e automático, produzindo idéias que pode substituí-lo (Adorno e Horkheimer, 1985, p.37).

O princípio da ciência nesse mundo esclarecido é estudar tudo aquilo que se vê, o perceptível, e se não se vê o desconhecido, não se pode estudá-lo. O positivismo é a representação desse mundo esclarecido. (op. cit., p. 38).

Para Adorno e Horkheimer (1985), este mundo esclarecido ao abarcar todo o real e reduzi-lo a possibilidade de factualidade e observação, inclusive os fenômenos abstratos, devido ao fato de dar ao mundo um sentido racional, na verdade, torna-se mais um mito, onipotente. “O horror mítico do esclarecimento tem por objeto o mito” (op. cit., p.41). Esse mundo esclarecido dá uma ordenação ao mundo, e isto ocorre através de uma forma de dominação “...que não é meramente a alienação dos homens com relação aos objetos dominados; com a coisificação do espírito, as próprias relações dos homens foram enfeitiçadas, inclusive as relações de cada indivíduo consigo mesmo...” (op. cit., p.40), transformando-o em mercadoria autônoma e externa a ele. É como os referidos autores denominam: “O animismo havia dotado a coisa de uma alma, o industrialismo coisifica as almas. O aparelho econômico, antes mesmo do planejamento total já provê espontaneamente as mercadorias dos valores que decidem sobre o comportamento dos homens...” (op. cit., p.40)

Então, o mundo a luz do esclarecimento consolidou o domínio das “coisas” sob o prisma do capitalismo. Os indivíduos passam a ser no mundo mais uma coisa, apta para o sucesso ou para o fracasso. Eles vivem diante deste mundo, em função de sua autoconservação. Os indivíduos vêem-se, então, subjugados e subsumidos diante da objetividade imposta pelo mundo esclarecido e diante de uma escolha, ou seguem o enquadramento social (os ritos de enquadres), alienando-se na forma de trabalho existente, ou se colocam diante do fado do esclarecimento e seu horror mítico, caindo na regressão, no prazer. “Assim ao homem, só resta-lhe esforçar-se para conservar a si mesmo, essa é a verdadeira máxima de toda a civilização ocidental...” (op.

cit., p.40), e este esforço está baseado no trabalho incessante. Portanto, instaurou-se com este esclarecimento, com a consolidação da sociedade burguesa, que em última análise impõem um caráter coercitivo de autoconservação, no mundo ocidental, uma racionalidade voltada para o trabalho. Isto é, instituiu-se no mundo uma jaula de ferro (weberiana) assentada na racionalidade e calcada no trabalho.

A partir de então, a civilização preocupou-se intensamente com os “cantos das sereias”, isto é, com os prazeres da carne, as tentações, o desperdício, a luxúria, constituindo trabalhadores alertas e concentrados, olhando para frente, com os ouvidos tapados, esquecendo os que foram colocados de lado (as pessoas demitidas, desempregadas, excluídas, os miseráveis, tão comum no mundo de hoje...). Os “protestantes”, com sua vida ascética<sup>3</sup>, nesse mundo esclarecido, via de regra, foram os que conseguiram mais fortemente resistir as tentações dos “cantos das sereias”, recusando a felicidade terrena ou juntando as duas coisas, mas com a devida moderação, constituindo-se, geralmente, uma vida ascética, voltada para o lucro, para a acumulação. Mantendo-se, como Ulisses (no duodécimo canto da Odisséia) amarrado no mastro do barco, ouvindo o “canto das sereias”, desejando-o, mas sem poder ir, pois estava amarrado, ou melhor, controlando sua própria vontade. Com a consolidação do mundo burguês, o cenário mudou-se, o prazer passou a ser, juntamente com o lucro e a dominação do trabalho a grande realização do homem.

Para Adorno e Horkheimer (1985), a sociedade do esclarecimento está conduzindo a todos para uma nova barbárie, para uma regressão. Uma espécie de retorno ao mundo mitológico, ao “estado natural”.

Ademais, este mundo esclarecido impõe às massas um “ofuscamento”, pois estas são incapazes “... de ouvir o imediato com os próprios ouvidos; de poder tocar o intocado com as próprias mãos” (op. cit., p.47). Isso é possível com o uso da técnica/da ciência que não está acessível e compreensível para todos. Para estes autores, as condições de trabalho são um importante fator de dominação dos trabalhadores, elas forçam o conformismo. (op. cit., p.47). Os autores não vêem a possibilidade da superação dessa situação instituída pelo mundo esclarecido. Para eles, “A essência do esclarecimento é a alternativa que torna inevitável a dominação (...) com a difusão da economia mercantil burguesa, o horizonte sombrio do mito é

---

<sup>3</sup> Referente a vida ascética ver Weber na *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*.

aclarado pelo sol da razão calculadora, sob cujos raios gelados amadurece a sementeira da nova barbárie.” (op. cit., p.43).

Portanto, o resultante do esclarecimento foi uma “civilização” alicerçada no capitalismo, como forma de produção hegemônica e como modo de vida; na exploração do homem pelo homem e na consolidação do trabalho como referencial da modernidade. De resto, vemos, ao longo das últimas décadas do século XX, reconfigurações e remodelações de um mesmo modo de produção, visando de antemão a perpetuação do lucro, do aumento (aparentemente eterno) da produtividade e de formas de controle da organização do trabalho e do trabalhador, formas de alienação, mantendo-os submissos e subjugados. Hoje, estas se inserem com alguns elementos novos, como a intensa precarização do trabalho e da própria vida humana.

#### d) Transformações no capitalismo: formas contemporâneas da alienação

O modo de produção capitalista, ao longo dos anos, foi se reestruturando para manter os índices de produtividade e, principalmente, para manter sua faixa de lucro. Enfim, desde o início do século XX, observou-se no mundo mudanças nos espaços fabris, visando atentar para redução do trabalho “improdutivo”, criando, assim, mecanismos de controle do trabalho para ampliar as horas de trabalho produtivo, aniquilando a conhecida “cera” no trabalho. Claro, que estas mudanças organizacionais, também estavam inseridas dentro de um panorama mais geral de mudança na técnica de produção (aprimoramento científico) e, conseqüentemente, mudança nas relações sociais, processo de racionalização da vida. O mundo passou a girar em torno da tecnologia, do cálculo, a razão impregna a vida social e, nesse bojo, a esfera produtiva (a indústria) ganha espaço em boa parte dos Estados-nacionais - como no caso brasileiro, onde nas idas de 1930, o país se insere no eixo do desenvolvimento industrial a todo o custo, era preciso modernizar-se.

No início do século XX, surge nos Estados Unidos um movimento dentro das fábricas, cujo principal objetivo era a racionalização da produção para aumentar a produtividade, eliminando os tempos de trabalho “improdutivos”, suprimindo movimentos desnecessários, ou

seja, priorizando o tempo útil de trabalho. Esse movimento é o “taylorismo”, que instaura uma “administração científica do trabalho”, implementado pelo engenheiro Frederick W. Taylor. As principais características desse modelo são: 1) tempo de trabalho necessário, marcado pelo cronômetro, instalado dentro do espaço da produção; 2) seleção, treinamento e aperfeiçoamento do trabalhador; 3) mecanismos de cooperação com o trabalhador para, assim, inibir a luta de classes; e, principalmente, 4) divisão do trabalho em concepção e execução, ou seja, separar o trabalhador do princípio da criação, planejamento, reduzindo-o a uma condição alienada, a condição de apêndice da máquina, a um mero contemplador.

Conforme Lemos (2003, p.37), “O taylorismo se configura então mais do que uma técnica de organizar o trabalho, mas como uma técnica social de controle e dominação, uma vez que ele despoja o trabalhador de qualquer controle e dá ao capitalista o poder de prescrever a natureza do trabalho e a quantidade a produzir.”. Ou seja, o mundo ao se inserir na industrialização, no modo de produção capitalista, termina por adotar estes modelos de produtividade.

“...o taylorismo (...) é necessário para completar, no plano da subjetividade, o papel desempenhado pela maquinaria, isso é, torna-se fundamental para consolidar a subsunção real do trabalho ao capital”. (Druck, 1999, p.41-42). Então, nota-se que este modelo de gestão/organização do trabalho pautou-se no controle do trabalhador e no uso deste como fonte inexorável de riqueza.

Esse modelo de produção terminou por gerar reações e polêmicas das mais diversas entre a classe trabalhadora, principalmente, no tocante a dois pontos: o uso do cronômetro, que permitia premiar os produtivos e punir o “ocioso”; e a individualização dos salários, o “salário por peça”, por produção. Segundo Druck (1999), o movimento operário reagiu a esse modelo nos anos de 1910 e 1920, através de mobilizações que, em geral, partiam dos operários mais qualificados, os quais estavam sendo ameaçados de serem substituídos pelo “novo trabalhador”, mais eficiente e mais produtivo.

De fato, o taylorismo terminou por ser substituído, ou melhor, complementado com o denominado “fordismo”. Este movimento iniciou-se nos anos 10, nos Estados Unidos, com o



engenheiro Ford, o qual aplicou em suas montadoras novas formas de organização do trabalho, que terminaram por servir de modelo para o restante do mundo, claro que assumindo suas devidas peculiaridades em cada região.

Para Harvey (1999, p.121),

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significa consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força do trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.

Disto pode-se perceber como o fordismo acompanhou o desenvolvimento do mundo, inaugurando formas de produção em massa e de estímulo ao consumo em massa. Na verdade, este modelo de produção foi responsável pela formação de um modo de vida e de um novo tipo de homem, o “homem massa”. Harvey (1999) cita Gramsci (nos cadernos do cárcere) afirmando que o americanismo e o fordismo equivaleriam a um maior esforço coletivo, com uma velocidade sem precedentes e com uma consciência de propósito sem igual na história, um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem. Portanto, pode-se dizer que os novos métodos de trabalho “ ‘...são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida.’ ”(Idem, p.121).

O fordismo consolidou um modo de produção que tinha como elemento central a disciplinarização (uma espécie de docilização do corpo, como diria Foucault), o trabalho repetitivo, maçante, o trabalhador em prol da alta produtividade, mas, em contrapartida, fornecendo renda e tempo de lazer suficiente para que houvesse um alto consumo da produção em massa por parte desses trabalhadores.

Segundo Druck (1999, p.47), o fordismo deve ser entendido como a ampliação ou expansão do taylorismo, o que garante a hegemonia da gerência científica.

De fato, o que se viu com o fordismo, ou o pacto fordista, foi a consolidação de um modo de vida fordista, um emprego fordista, o que já equivaleria a direitos trabalhistas. Ou seja, instituiu-se, juntamente com o Estado de “bem estar” (nos países onde ele se efetivou, que não foi o caso brasileiro), um conjunto de benefícios que, entre outras coisas, tornava o emprego fordista um padrão a ser alcançado pelos trabalhadores. Além desses benefícios trabalhistas, houve toda a constituição de uma rede de suporte ao operário fordista, como a formação de “vilas operárias”, clubes, etc. Relativo aos salários, houve a redistribuição de ganhos de produtividade. Criou-se escolas técnicas, especialmente, para atender a demanda dos empregos fabris. Destarte, por um lado, o modelo fordista cativou e cooptou uma parte dos trabalhadores, por outro, ele reativou a luta de classes, pois mais uma vez revelou a exploração do trabalhador, submetendo-o ao ritmo da máquina, da esteira da linha de montagem.

O fordismo termina por instaurar uma direção autoritária, instituindo um padrão de produção que rompe os “limites da fábrica” e invade a esfera privada do trabalhador, conjugando uma rede de mecanismos que tem como objetivo controlar as subjetividades operárias e reduzir mais ainda a “vadiagem no trabalho”.

Assim, o fordismo foi um modelo que se expandiu pelo mundo, assumindo formações peculiares em cada país, hora sendo considerado um modelo democrático, hora flexível e em outros casos, como no Brasil, sendo considerado periférico.

De fato, o fordismo, até mais que o taylorismo, intensificou o processo de alienação do trabalhador, principalmente em âmbito fabril, no qual o indivíduo é parcializado, coisificado, reduzido quase a uma máquina, colocado como mais um fator de produção, estranhado da atividade, que lhe é externa e impositiva. O trabalhador fordista foi bem simbolizado por Chaplin no filme “Tempos Modernos”, evidenciando bem como o trabalhador se insere numa produção repetitiva e maçante.

Conforme Druck (1999), já na década de 60, o modelo fordista dá sinais de crise nos Estados Unidos, indicada pela queda no ritmo de crescimento da produtividade, atrelado a isso, teve-se perda de competitividade no mercado. De acordo com Harvey (1999), o ano de 1975 foi a data marco para a instauração definitiva desse processo de crise do regime de produção fordista e a ascensão do regime flexível.

Para o autor, a acumulação flexível é “...marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.”(Harvey,1999, p.40). Formam-se novos padrões de produção e gestão, não necessariamente excluindo os regimes anteriores, mas apenas assumindo novas feições. Essa nova forma de organização do trabalho termina por implicar, segundo Harvey (1999), em níveis altos de desemprego estrutural, rápida destruição e reconstrução de habilidades e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do fordismo. Esse novo regime, portanto, instaurou a possibilidade de uma intensa precarização do trabalho, haja vista que os sindicatos se enfraqueceram, houve uma redefinição dos contratos de trabalho com a inclusão do trabalho em tempo parcial, temporário e subcontratado, horas extras, crescimento de atividades informais; enfim, observa-se, com esse regime flexível, uma redefinição radical das condições de trabalho.

Esse regime flexível é denominado de “toyotismo” ou “ohnismo”, de Ohno, engenheiro que o implantou na fábrica Toyota, e se expressou amplamente no Japão pós-45, mas que se espalhou pelo mundo. “O sistema industrial japonês, a partir dos anos 70, teve grande impacto no mundo ocidental, quando se mostrou para os países avançados como uma opção possível para a superação capitalista da crise.”(Antunes, 1999, p.54).

O toyotismo penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção. (Antunes, 1997, p.16).

Esse regime flexível solapou a forma de produção organizada e o padrão único de produção. Na verdade, ele possibilita a confluência de trabalhos alternativos “...lado a lado, no mesmo espaço, de uma maneira que permita que os empreendedores capitalistas escolham à vontade entre eles. O mesmo molde de camisa pode ser produzido por fábricas de larga escala na

Índia, pelo sistema cooperativo da ‘Terceira Itália’, por exploradores em Nova Iorque e Londres ou por sistemas de trabalho familiar em Hong Kong.” (Harvey, 1999, p.175). Além disso, o toyotismo permite uma produção atrelada a demanda, ou seja, hábil a mudar o produto a depender do mercado, a produzir mais ou menos, sem crises de produção, além de uma rápida substituição de trabalhadores. Pode-se, por exemplo, importar toda a mão-de-obra, deslocar toda uma produção de um país para outro e, principalmente, com a terceirização, pode-se diminuir os custos com a especialização de mão-de-obra e com os encargos sociais. Por fim, exige-se nesse modelo trabalhadores multifuncionais, polivalentes, flexíveis, que são colocados em uma situação de vida flexível, propícia a mudar de função e de localidade em um piscar de olhos.

O trabalho toyotista é feito em equipe. Adota-se, geralmente, o método *Kaban* que consiste na utilização de placas para sinalizar o ritmo da produção. Há também o sistema de luzes na qual o ritmo do trabalho é definido por um jogo de luzes, verde, laranja e vermelha, na seqüência, produzir normalmente, produzir intensamente e parar produção. De fato, esse modelo de produção implica em uma relativa cooperação entre os trabalhadores e a empresa, entre a execução e a concepção, capacitando-os em Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), em uma produção *just in time* e integrando-os no “espírito Toyota”, na “família Toyota”. O toyotismo, então, parece que intensifica o processo de alienação com relação à atividade, pois esta é definida em relativa parceria entre as partes, mas quem define mesmo é a empresa. Para Antunes (1997, p.33), o estranhamento decorrente do modelo toyotista possui elementos singulares devido a diminuição das hierarquias pela redução do despotismo fabril e pela maior participação do trabalhador na concepção do processo produtivo, contudo essas singularidades não suprimem o estranhamento da era toyotista. Antunes (1997) afirma que a desidentidade entre indivíduo e gênero humano, traçada por Marx nos Manuscritos, encontra-se presente e até mesmo intensificada em muitos segmentos da classe trabalhadora japonesa. Para o autor, a lógica da integração toyotista implica na subsunção do trabalhador ao capital, este deve pensar e agir para o capital, para a produtividade,

...sob a aparência da eliminação efetiva do fosso existente entre elaboração e execução no processo de trabalho. Aparência porque a concepção efetiva dos produtos, a decisão do que e de como produzir não

pertence aos trabalhadores. O resultado do processo de trabalho corporificado no produto permanece alheio e estranho ao produtor, preservando, sob todos os aspectos, o fetichismo da mercadoria. (...) *Por isso pensamos que se possa dizer que, no universo da empresa da era da produção japonesa, vivencia-se um processo de estranhamento do ser social que trabalha, que tendencialmente se aproxima do limite. Neste preciso sentido é um estranhamento pós-fordista.*(Antunes, 1997, p.34).

e) O trabalhador de rua como um exército industrial de reserva

O movimento incessante do capitalismo se dá em prol do aumento de produtividade, da expansão da propriedade privada, do aumento da riqueza, do “...interminável processo de obter lucros” (Marx, 2002, p.183-184), passando inerentemente pelo crivo da formação de uma população apta para o trabalho, na condição de excedente. De acordo com Marx: “Quanto maiores a riqueza social, o capital em formação, a dimensão e energia de seu crescimento e, conseqüentemente, a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva.” (2002, p.748). Para Marx, a lei geral, absoluta da acumulação capitalista se faz na máxima: “...quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior usando-se a terminologia oficial, o pauperismo.”(2002, p.748).

“...o aumento do capital variável, ou seja, do número de trabalhadores empregados, está sempre associado a flutuações violentas e à formação transitória de superpopulação...”(Marx, 2002, p.733). A população trabalhadora, portanto, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela relativamente uma população supérflua (Idem, 2002, p.734).

Assim, para Marx

...se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se

torna, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista e, mesmo, condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorada, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população. (2002, p.735).

Portanto, o movimento de acumulação do capital, o fluxo do sistema capitalista, conforme Marx, gera inevitavelmente uma população de trabalhadores excedente que em sua maioria está apta para ingressar no mercado formal de trabalho. Forma-se assim, uma “superpopulação relativa”, que pode ser caracterizada como sendo constituída por todos os trabalhadores que estão desempregados ou parcialmente empregados (Marx, 2002, p.741).

Essa superpopulação relativa assume três formas: a primeira é a **flutuante**, composta por trabalhadores que perderam seus postos com o próprio crescimento da economia; a segunda é a **latente**, geralmente composta pelos trabalhadores rurais, que estão rebaixados a linha do pauperismo, formando uma população supérflua; a terceira forma da superpopulação é a **estagnada**, formada por parte dos trabalhadores em ação, mas que estão inseridos em ocupações totalmente irregulares. “Ela proporciona ao capital reservatório inesgotável de força de trabalho disponível.” (Marx, 2002, p.746). E é esta forma que vai ser relacionada a informalidade, aos trabalhadores de rua.

Por fim, Marx (2002) categoriza um tipo peculiar da superpopulação relativa que é o pauperismo, o qual “...vegeta no inferno da indigência”. (p.747). Essa camada social consiste em três categorias: primeiro, os aptos para o trabalho; segundo, os órfãos e filhos indigentes; e, terceiro, os degradados, desmoralizados, incapazes de trabalhar (as vítimas da indústria, os mutilados, enfermos etc.) (Marx, 2002, p.747-748).

Dentro desse contexto, os trabalhadores de rua podem ser categorizados como sendo parte da superpopulação relativa estagnada, pois se caracteriza por ser “... parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular (...). Sua condição de vida se situa abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora...” (Marx, 2002, p. 746). Nesta

perspectiva, os trabalhadores de rua têm uma dupla funcionalidade: 1) pressionam os trabalhadores formais a permanecerem em seus empregos, em quaisquer condições; 2) servem para baratear o valor da “cesta de consumo” do trabalhador regular, logo diminuir ou estagnar seu salário.

Hoje, na sociedade atual, com o avanço alcançado pelas forças produtivas, pode-se observar cada vez mais como a premissa de Marx se concretiza, qual seja: “Graças ao progresso da produtividade do trabalho social, quantidade sempre crescente de meios de produção pode ser mobilizada com um dispêndio progressivamente menor de força humana.” (2002, p.748). Neste sentido, vemos que o trabalhador vira refém do instrumental (da maquinaria) de trabalho e que a produção cada vez emprega menos, com o advento da automação, robótica, máquina inteligente etc., formando uma gama crescente de trabalhadores (as) excedentes, atentos a espera de uma oportunidade.

Para finalizar, Marx sintetiza de forma brilhante, para não dizer genial, o modo de produção (exploração) capitalista, da seguinte forma:

Dentro do sistema capitalista, todos os métodos para elevar a produtividade do trabalho coletivo são aplicados à custa do trabalhador individual; todos os meios para desenvolver a produção redundam em meios de dominar e explorar o produtor, mutilam o trabalhador, reduzindo-o a um fragmento de ser humano, degradam-no à categoria de peça de máquina, destroem o conteúdo de seu trabalho, transformando em tormento, tornam-lhe estranhas as potências intelectuais do processo de trabalho, na medida em que a este se incorpora a ciência, como força independente, desfiguram as condições em que trabalha, submetem-no constantemente a um despotismo mesquinho e odioso, transformam todas as horas de sua vida em horas de trabalho e lançam sua mulher e seus filhos sob o rolo compressor do capital. Mas todos os métodos para produzir mais-valia são, ao mesmo tempo, métodos de acumular, e todo aumento da acumulação torna-se, reciprocamente, meio de desenvolver aqueles métodos. Inere-se daí que, na medida em que se acumula o capital, tem de piorar a situação do trabalhador suba ou desça sua remuneração. **A lei que mantêm a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva ao nível**

**adequado ao incremento e à energia da acumulação acorrenta o trabalhador ao capital mais firmemente do que os grilhões de Vulcano acorrentavam Prometeu ao Cáucaso. Determina uma acumulação de miséria correspondente à acumulação do capital. Acumulação de riqueza num pólo é, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no pólo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital.(2002:749).(grifos meus).**

f) O trabalhador de rua e a acumulação do capital

O trabalho “informal tradicional” e sua contribuição no “Processo de Acumulação” – o “trabalhador gratuito”

Dentro dessa perspectiva de mudanças, de inserção precária e de um futuro indefinido, tem-se a atividade de rua, os trabalhadores informais tradicionais.<sup>4</sup>

O trabalho de rua também está submetido ao domínio do Capital, fazendo parte do processo de circulação das mercadorias (Carvalho, 1986, p.5), ou seja, transforma o “capital-mercadoria” em dinheiro, o qual irá para a mão do comerciante que em seguida o utiliza para comprar novas mercadorias, e assim, novamente, volta à mão do produtor, para se tornar “capital-dinheiro” e reiniciar o ciclo da produção (Marx, 1991). Então, esse mecanismo da produção necessita da esfera da circulação, que envolve custos (transporte dos produtos, armazenamento e distribuição das mercadorias) (Marx, 1991). Tudo isso é feito “gratuitamente” pelo trabalhador de rua, sem custos para o Capital “Industrial”. Além de trabalhador gratuito para o Capital, ele termina por não se beneficiar muito nesta esfera da circulação, pois só lhe resta apropriar-se de “juros” (com a mercadoria), haja vista, que o “valor de troca” da mercadoria não se altera. Este trabalhador também está sujeito a duas ordens de fatores: 1) ao próprio fluxo do Capital, o qual, por exemplo, em momentos de aumento do preço da mercadoria, condiciona que este trabalhador venha a endividar-se para continuar adquirindo a

---

<sup>4</sup> Por informais tradicionais tem-se aqui os vendedores de rua, camelôs, prestadores de serviço que ficam na rua.



mercadoria (que subiu de preço) e manter-se na atividade; 2) ao próprio fluxo da atividade, o qual expõe o trabalhador à propensão a aumentar o desgaste e o “custo” de sua auto-reprodução, devido às condições precárias do trabalho na rua – longas jornadas; baixos rendimentos; interferências climáticas; fiscalização e controle do espaço público, por parte do poder municipal – tem-se um aumento da vulnerabilidade às doenças de trabalho “próprias da rua” (doenças climáticas, contagiosas, varizes, estresse, etc.). Assim, o grande beneficiado com esse trabalho de rua é o Capital, que se utiliza de um trabalhador vivaz (faminto pela sobrevivência) para manter o fluxo de seu sistema. Quanto maior a circulação das mercadorias, ou seja, quanto mais (eles) comercializam, mais propiciam o lucro do Capital (Marx, 1991).

Ademais, este trabalhador está sob o jugo do Capital, pois normalmente ele assume valores instituídos pelo último. Valores esses que muitas vezes se distanciam de suas condições de vida, e ainda assim, são vivenciados. Com isso, estes trabalhadores constituem e lutam para manutenção de um “status forçado”, pois se privam de determinadas necessidades imediatas (alimentação, saúde...) para atenderem a essa vontade imputada, reflexo dos valores capitalistas do mundo corrente: consumismo e individualismo. Portanto, existe um certo domínio ideológico, no sentido da construção de um imaginário desligado do seu real vivido. Esse domínio ideológico não oculta, aparentemente, o real, mas mistifica-o, pois não deixa claro, para esses trabalhadores, sua função de trabalhador “gratuito”. Harvey (1999) exemplifica essa intensificação na construção de imagens de mundo (imagens e signos) como um mecanismo de manipulação de desejos e gostos, os quais têm grande importância para a dinâmica de crescimento do capitalismo.

No entanto, de acordo com Prandi (1978, p.37), o trabalho informal contribui para evitar o conflito de classes. Isso ocorre devido à aparência de autonomia no trabalho que inibe ou oculta à relação capital e trabalho, que se encontra numa forma disfarçada de assalariamento. Além da supervalorização do individualismo, no limite da sobrevivência, dificultando ações coletivas.

A rigor, o que acarreta essas condições de inserção e de participação no processo de acumulação é o próprio movimento do capital. Ele cria e recria determinadas possibilidades de inserção/produção, de reprodução, e ainda participa na estruturação da subjetividade da classe-

que-vive-do-trabalho. Como salienta Prandi (1978, p.38), o capital os mantém informais, os recria ou os destrói.

## **II – Mercado de trabalho hoje**

### a) O trabalho formal no Brasil

Para falar do mercado de trabalho brasileiro, faz-se necessário remontar-se ao século XX, principalmente, a partir de 1930, momento crucial para definição do rumo econômico do país. Foi neste período que se iniciou a industrialização brasileira, em um país eminentemente agrário-exportador, com um vasto contingente de mão-de-obra rural (disponível) e uma população pouco escolarizada. Ambiente ideal para a implementação de um projeto de industrialização vindo do alto, da incipiente burguesia empresarial.

Em meados do século XX, hegemonizou-se no ideário da “nação” (da elite nacional) brasileira este processo de modernização, que terminou por implementar o alargamento de empregos, com a indústria e, também, com o setor de serviços, que vinha para atender novas demandas criadas com a formação de um operariado urbano, oriundo do industrialismo incipiente. Este foi propiciado pelo Estado. De fato, o Estado brasileiro foi peça central nesse processo de industrialização e modernização do país e da própria formação do “mercado de trabalho”. Ele auxiliou nessa industrialização em três aspectos: no âmbito das leis trabalhistas; no âmbito da intervenção econômica, transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial fazendo dela o centro do sistema; e, na agricultura (Oliveira, 1972, p.14). Conforme este autor, o Estado intervém para destruir o modo de acumulação para o qual a economia se inclinava naturalmente, criando e recriando as condições do novo modo de acumulação. E o “...decisivo é que as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação.” (Oliveira,1972, p.12).

Referente ao último aspecto apontado por Oliveira (1972) para esse desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a agricultura, esta serviu como fator de exportação, como um meio de atender a demanda interna, principalmente, nos centros urbanos, fornecendo assim produtos a baixo preço, permitindo um baixo custo de reprodução da força de trabalho urbana e, conseqüentemente, a manutenção de baixos salários, servindo como um fator estruturante do “exército de reserva”.

Para Oliveira (1972), o crescimento capitalista no Brasil não foi um resultado de ações desconexas, sem intencionalidade, ou resultante de Deus, de uma mão invisível. Na verdade, os objetivos dessa expansão foram logrados, constituídos; “...tais medidas foram concebidas internamente pelas classes dirigentes como medidas destinadas a ampliar e expandir a hegemonia destas na economia brasileira”.

Para este autor, o capitalismo brasileiro foi resultante de um projeto nacional que se efetiva, ou mostra sua eficácia, na década de 60, no governo de Kubitschek, e, posteriormente, já na década de 90 (com o governo Collor), entrando no cenário internacional, consolidando o Brasil como um país de considerável competitividade internacional, chegando a ser a 8ª economia do mundo, firmando um mercado de trabalho nacional integrado e convencionalmente dicotomizado em trabalhadores formais e informais.

Disto viu-se a consolidação da indústria, do desenvolvimento, da formação de um país urbano, “civilizado”, inserido no quadrante da globalização, na rota da economia mundializada, e hoje temos um processo de esgotamento, advindo de uma série de reestruturações produtivas, reengenharias, enxugamento de pessoal, aplicação de alta tecnologia, robótica e da automação; enfim, a chamada “revolução biotecnológica”, a “era informacional”, mas com um agravante, começa a haver um esgotamento da exploração humana, a fonte da produtividade está secando. Depois de já ter sido “esfolada” agora está secando, isto é, vê-se o próprio homem, suas relações, no sentido de plenitude do gênero humano em extinção, principalmente, em relação à solidariedade entre os indivíduos.

Após essa rápida ilustração do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, vamos relacioná-lo ao mercado de trabalho. De acordo com Pochmann (1999, p.50-51-52), pôde-se observar nos últimos 50 anos dois momentos no comportamento geral do mercado de trabalho

nas economias latino americanas - e aí poderemos compreender o Brasil. O primeiro ocorreu durante as três décadas subseqüentes a Segunda Guerra Mundial, quando predominou a expansão do emprego assalariado, junto com mecanismos de proteção social e trabalhista. O segundo período vai do final da década de 70 aos dias de hoje, onde se tem um movimento geral de precarização do mercado de trabalho, ou seja, redução da capacidade de geração de novos empregos regulares e regulamentados, a destruição de parte das ocupações formais existentes, a diminuição do poder de compra dos salários e a ampliação do subemprego. Para Pochmann (1999, p.52), esse segundo momento revela uma inflexão no perfil de expansão das economias, o qual se traduziu como sendo uma crise do desenvolvimento, o que implicou em estagnação da renda, deterioração dos investimentos e degradação dos indicadores sociais.

Dessa maneira, a década de 70 foi de certa forma um marco na mudança estrutural do modo de produção capitalista e de mudança no mercado de trabalho. Conforme Singer (1999), os anos 70 sofreram a queda do ritmo de produção e de produtividade dentro de um contexto de aumento de inflação nos países adiantados. A crise inflacionária dos anos setenta também foi agravada pela crise do petróleo. Este teve seu preço aumentado por duas vezes, o que desencadeou fortes pressões inflacionárias nos países dependentes deste combustível.

Como resultante dessas crises da década de 70, tivemos, como foi mostrado anteriormente, a adesão a um novo modo de produção/gestão, o toyotismo ou o modelo de “acumulação flexível”; e, também, reestruturações no parque industrial e nas empresas, enxugamento de pessoal, terceirização, subcontratação e aumento da informalidade. Enfim, houve uma diminuição dos custos das empresas para manterem seus coeficientes de lucros e, concomitantemente, criaram postos de trabalho cada vez mais precarizados e não-regulamentados.

Para Pochmann (1999, p.21),

A geração de ocupações com baixa qualidade (atípica, irregular, parcial), que no padrão sistêmico de integração social estaria associado à **exclusão relativa do modelo geral de emprego regular e de boa qualidade**, surge como exemplo de incorporação economicamente possível. Dessa forma distanciam-se

as possibilidades de estabelecimento de um patamar de cidadania desejada.(grifos meus).

Portanto, a formação desses excluídos e desses marginalizados dos programas de seguridade social (oriundos do emprego formal) não é resultado de uma simples falha do funcionamento do mercado, mas também das próprias instituições sociais (Pochmann, 1999, p.22). “Nesse sentido, uma nova situação de vulnerabilidades sociais estaria associada tanto à exclusão do mercado de trabalho quanto à inclusão precária, que passariam a impedir o acesso aos programas de proteção social.”(Idem, p.22).

Na década de 90, o mercado de trabalho brasileiro sofre consequências da reestruturação produtiva e, principalmente, das políticas neoliberais, que inserem o Brasil na dependência direta com o FMI e o Banco Mundial, a qual teve sua maior expressão com o governo de Fernando Collor (abertura da economia) que, conforme Druck (1999), representou uma vitória de implementação das políticas neoliberais no Brasil. Essa inserção no círculo vicioso do neoliberalismo, na economia mundializada, gerou no Brasil um processo estrutural de desemprego e de desigualdade social.

Para Filgueiras, Druck e Amaral (2000, p.24)

...pode-se afirmar, por exemplo, que ampliou-se, nos anos noventa, o grau e a abrangência da precarização do mercado de trabalho brasileiro – quer porque aumentou a proporção de pessoas ocupadas em atividades desprotegidas, que não tem acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, quer porque ampliou-se a presença de outras formas de ocupação, distintas de assalariamento, que se caracterizam por terem em geral, piores condições de trabalho.

Assim, constata-se que o Brasil dos anos 90 assume a feição de um país marcado pela precariedade dos vínculos empregatícios, pela insegurança instaurada até nos postos de trabalho mais avançados, os chamados setores de ponta - é o processo de “desestabilização dos estáveis”.

Enfim nessa década observa-se, por um lado, o crescimento do desemprego estrutural, por outro, o aumento da informalidade, como prática atenuante da falta de emprego, atendendo, dessa forma, ao excedente de mão-de-obra que aqui é fruto da própria modernização da indústria.

#### b) O mercado de trabalho em Salvador

Para delimitar em termos analíticos o mercado de trabalho de Salvador atual, temos que tratá-lo de acordo com sua heterogeneidade. De um lado, tem-se o “núcleo duro”, formado pelos trabalhadores assalariados, que, para Borges (2003, p.20), este núcleo “...segue sendo o eixo estruturador do conjunto do mercado de trabalho (...) o *locus* onde se determinam as possibilidades de (e do caráter da) inclusão dos trabalhadores nesse mercado e, por conseguinte, na própria sociedade.” De outro, um “segmento não estruturado”, formado por trabalhadores sub-empregados, temporários, parciais, terceirizados, não regulamentados e informais. Mas, na verdade, hoje, há uma estreita relação dessas duas instâncias, como no caso da informalização dos formais, que veremos mais adiante.

No início do século XX, até 1950, a Bahia e, especificamente, Salvador comportou características diferenciadas do restante do país, mantendo-se relativamente atrasada industrialmente em relação ao eixo moderno São Paulo, Sul e Sudeste do país, o que significou um impacto crescente na formação do mercado de trabalho baiano, haja vista, que demorou para se consolidar formas regulares de trabalho, isto é, formas de assalariamento, trabalhos “formais”. De fato, a “...inserção da Bahia no projeto industrializante de Getúlio que marca o cenário nacional pós-30 só começa a ocorrer, efetivamente, no início dos anos 50, com a exploração de petróleo na bacia do Recôncavo Baiano, através da formação da Petrobrás.” (Druck, 1999, p.168). Conforme a autora, é nos anos 60 que se inicia a etapa de industrialização do Nordeste, período da chamada “industrialização incentivada”, seja pela isenção de imposto de renda (incentivos dados em infra-estrutura) ou devido a empréstimos bancários, possibilitando aos investidores do Centro-Sul obterem altíssimas taxas de retorno (Oliveira 1987 apud Druck 1999,

p.198). Esse processo de industrialização na Bahia, intensificado em 60, completa-se na década de 70 com a instalação do Pólo Petroquímico de Camaçari, sustentado no “modelo tripartite”, isto é, com capitais do Estado, do setor privado nacional e do setor privado internacional (Druck, 1999, p.169-170).

A autora afirma que essa transformação econômica evidenciou uma mudança no âmbito sociopolítico, por exemplo, em 1940, 23,6% da população economicamente ativa (PEA) era rural, passando, em 1970, para 5,7%. Ou seja, a industrialização caminha junto com a urbanização. “O emprego industrial passa de 16,5% a 26,1% neste período, e o setor terciário, que representava 59,9% em 1940, atinge 68,2% em 1970 (Oliveira, 1987 apud Druck 1999, p.170).

Para Oliveira a

...implantação do Pólo e Aratu, não exigiu a superação das formas mais atrasadas da produção, seja na agricultura, ou no próprio terciário urbano. A implantação dessas indústrias deu lugar a um intensíssimo processo de concentração da renda, o qual por sua vez cria uma demanda por serviços que vai ser, em parte, satisfeita com parte do exército industrial: biscateiros, empregadas domésticas, trabalhadores autônomos, são as formas em que essa utilização se dá. (Oliveira, 1980, p.15-16).

Para Singer (1980), tanto o progresso como a miséria são produtos do mesmo processo, que consiste na penetração e na expansão do capitalismo num meio em que predominavam outros modos de produção:

Salvador é uma das mais antigas cidades brasileiras, tendo sido capital do país durante a maior parte do período colonial, até meados do século XVIII. Durante o século XIX, Salvador perdeu a primazia no Nordeste para Recife e já

neste século viu sua base agrícola no Recôncavo entrar em rápida decadência. Por volta de 1940, Salvador era a menos desenvolvida das grandes capitais regionais do Brasil, em termos industriais (São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife). Em 1950 a situação era a mesma, já em 1970, vinte anos depois sua situação relativa melhorou sensivelmente. (Singer, 1980, p.42-43)

Outra interpretação diante do desenvolvimento econômico da Bahia (de Salvador), pode ser encontrada em Carvalho e Souza (1980, p.72), que também retrata o “atraso” industrial da Bahia e afirma que a estrutura produtiva de Salvador pode ser dividida em três grandes fases: a **primeira** assentada no sistema agrário-mercantil, que vai do período colonial até o início do século XX; a **segunda** se estende de 1940 a meados da década de 60, período de transição que gradativamente leva a economia baiana a superar a estagnação e permitiu o desenvolvimento de seu setor industrial; por fim, a **terceira** fase vai dos últimos anos da década de 60 até os nossos dias, onde a estrutura produtiva passa a ter sua expansão comandada por um setor industrial capitalista moderno e de caráter oligopolista. Para as autoras

É a partir da década de 60, depois que se iniciou a implantação do Centro Industrial de Aratu, que se pode falar de um crescimento industrial vigoroso da economia baiana, concentrado em Salvador e nos municípios vizinhos que hoje formam a sua área metropolitana. (Idem, 1980, p.78)

Conforme Carvalho e Souza (1980), a Bahia comportou características que marcam o seu desenvolvimento posterior, ou melhor, o seu “atraso”. A Bahia se manteve estagnada (e dependente) frente ao desenvolvimento sócio-econômico que acontecia principalmente no sul do país, conservando uma estrutura produtiva atrasada e voltada para a monocultura, tipo exportação/agroindustrial. Assim, efetivamente as principais transformações da economia baiana só começaram a se desenrolar na década de 1950, com os investimentos do governo federal e estadual em infra-estrutura e com o início da exploração e refino do petróleo pela Petrobrás, o que gerou aproximadamente 13 mil empregos diretos (Carvalho e Souza, 1980, p.77 – 78), e, posteriormente com a CHESF, Banco do Nordeste, SUDENE, CIA e Pólo Petroquímico. Esse



desenvolvimento do capitalismo na Bahia provocou um aumento nas taxas de emprego, reativando os mecanismos demográficos e socio-econômicos de aumento da oferta urbana de trabalho. Mas, para Carvalho e Souza (1980), a criação de empregos não foi suficiente para incorporar o estoque preexistente de mão-de-obra vinculada às atividades não-capitalistas. “Conseqüentemente, manteve-se ampla aquela parcela de trabalhadores que não se inserem na estrutura urbana de modo mais estável, em atividades organizadas à base de relações de trabalho tipicamente capitalistas, e que constitui um amplo exército industrial de reserva para o processo de expansão do capital.” (Idem, 1980, p. 85). Assim, mesmo com o processo de industrialização implementado no país, manteve-se presente formas de trabalho não capitalistas, formas de trabalho “informais”. E, nessas formas de trabalho terminam por se inserirem aqueles trabalhadores com características menos favoráveis, em termos das exigências do mercado de trabalho; ou seja, os jovens, os mais velhos, as mulheres e os que possuem níveis de instrução ou de qualificação mais baixo. (Idem, 1980).

Salvador em 1980 possuía mais de 85% da população economicamente ativa (PEA) empregada nos setores não primários da economia, na construção civil e nos vários ramos do setor terciário, setores onde predominam atividades de baixa produtividade e alta instabilidade ocupacional (Faria, 1980, p.24). Na década de 90, precisamente, em 1998, conforme os dados da PED (pesquisa de emprego e desemprego), podemos perceber que 75,6% da PEA, também estava nos setores referidos acima. Em 1998, se formos dividir o mercado em formais e informais<sup>5</sup>, segundo setor de atividade, poderemos notar uma expressiva participação da informalidade nos diversos setores. Isto se deveu, em parte, a reconfiguração da estrutura produtiva, o que acarretou em uma perda progressiva da importância do trabalho assalariado, a manutenção permanente de um desemprego em um patamar elevado e ampliação significativa das formas não assalariadas de trabalho ou daquelas não regularizadas legalmente. (Dedecca, 1997). (ver tabela 01 abaixo)

---

<sup>5</sup> As atividades informais consideradas pela PED são: assalariados em empresas com até cinco empregados com carteira ou sem carteira; assalariados sem carteira em empresas com mais de cinco empregados; empregador com até cinco empregados e dono de negocio familiar; autônomos; empregados domésticos e trabalhadores familiares.

**TABELA 01**  
**DISTRIBUIÇÃO DE OCUPADOS POR SETOR DE ATIVIDADE**

Região Metropolitana de Salvador – 1998 (%)							
Posição na Ocupação	Total	Setor de Atividade					
		Indústria De Transformação	Construção Civil	Comércio	Serviços	Serv. Domésticos	Outros
Assalariados em Empresas com até 5 Empregados	6,5	6,4	(2)	11,1	6,7	-	(2)
Com Carteira Assinada	2,4	(2)	(2)	4,5	2,5	-	(2)
Sem Carteira Assinada	4,1	4,8	(2)	6,6	4,2	-	(2)
Ass. Sem Cart. Assinada em Empresas com Mais de 5 Empregados	4,6	8,8	7,6	5,5	4,3	-	(2)
Total de Empregador c/até 5 Empregados e dono de Negócio Familiar	3,7	3,5	(2)	7,8	3,5	-	(2)
Empregador de Empresas com até 5 Empregados	2,7	2,7	(2)	5,5	2,6	-	(2)
Dono de Negócio Familiar	1,0	(2)	-	2,3	0,9	-	(2)
Autônomos	23,5	10,8	43,8	34,1	22,7	-	74,3
que trabalham para o Público	19,3	7	39,1	28,4	18,3	-	65,8
que trabalham para Empresas	4,2	3,8	4,7	5,7	4,4	-	(2)
Empregados Domésticos	10,2	-	-	-	-	100,0	-
Trabalhadores Familiares	2,0	(2)	(2)	4	1,8	-	(2)
							-
Subtotal	50,4	31,2	54,6	62,5	39,0	100,0	91,9
Ocupados Não Relacionados Acima (1)	49,5	68,8	45,4	37,5	61,0	-	(2)
Ocupados Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

**Fonte:** Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED RMS – SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.  
(1) Inclusive os Assalariados e Empregadores que não informaram o tamanho da empresa em que trabalham.

Temos, conforme os setores de atividade: no setor de comércio tem-se que 62,5% dos ocupados são trabalhadores informais; referente ao setor de construção civil tem-se um percentual de 54,6%; no setor de serviços tem-se 39% como informais; no setor de indústria de transformação temos 31,2%; por fim, no setor de serviços domésticos 100% dos trabalhadores são informais. Portanto, constata-se com esses dados a relevante participação da informalidade no mercado de trabalho de Salvador.

Para Suerdieck (2003, p.25), algumas características do mercado de trabalho, já observadas em 1980, foram aprofundadas na década de 90, tanto a precariedade quanto à informalidade aumentaram significativamente a sua participação, reconfigurando as condições e relações trabalhistas no estado.

Conforme Santana (2003, p.57), na década de 90 na Bahia, permaneceu elevada a presença de condições ocupacionais que denotam um mercado de trabalho pouco estruturado em termos capitalista, por exemplo: somados o trabalho por conta própria, o trabalho doméstico, o trabalho não-remunerado e as atividades ligadas à subsistência e à construção para o próprio uso representam, em 1999, 56,1% da população ocupada no Estado da Bahia. Portanto, observando essa afirmação de Santana, percebe-se a impactante presença da informalidade nas ocupações da Bahia. O autor afirma que o fenômeno que se destacou no mercado de trabalho da Bahia foi o crescimento do emprego sem registro, que aumentou 16,2% em apenas sete anos, passando de 50,8% em 1992 para 52,9% do total de empregos assalariados existentes na Bahia em 1999.<sup>6</sup>

Hoje, na transição do século XX para o século XXI, a sociedade brasileira, e em especial Salvador, está presenciando uma redefinição radical do mercado de trabalho, decorrente do processo de globalização, da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais. Os principais resultados deste processo são as altas taxas de desemprego, aumento da concentração de riqueza, aumento da desigualdade social e, principalmente, aumento da precarização do trabalho, do crescimento de atividades não regulamentadas e do trabalho informal (Dedecca; Baltar, 1997), além da ocorrência de um fenômeno novo: a desestabilização dos trabalhadores tidos como estáveis (Hirata, 2002, p.69). De fato, o que ocorre é a recriação de “... velhos problemas, a exemplo das formas precárias de emprego e salário, do desemprego e de todos os processos de perversão social...” (Druck, 2002, p.138).

Todos esses elementos conformam um processo de fragilização da própria sociabilidade do trabalho (Alves, 2000), constituindo indivíduos menos arraigados à família, a uma classe, etc. Enfim, essa nova configuração do mundo do trabalho, a flexibilidade, exige cada vez mais trabalhos flexíveis e vida flexível, mudando a noção de tempo e de espaço das pessoas, conduzindo a uma racionalização do tempo e da vida (Sennett, 2000, p.25), implicando em mecanismos de gestão de incertezas constantes e a uma situação de “vulnerabilidade de massa”,

---

<sup>6</sup> Dados do IBGE/PNAD

caracterizando uma “nova questão social” (Castel, 1998). Assim, há um processo de metamorfose da classe operária, ampliando-se o seu conceito, expresso na formulação “classe-que-vive-do-trabalho”, que congrega os mais diversos segmentos de trabalhadores em condições fragmentadas e heterogêneas, tornando cada vez mais difícil à ação coletiva (Antunes, 1999).

As formas tradicionais de exploração e de acumulação do capital reconfiguram-se neste início de século. Por um lado, transformam-se significativamente os modos de controle e gestão, voltando-os para constituir um tipo ideal de operário (polivalente, autônomo, flexível) e uma ideologia que transmita a idéia de integração do operário com as novas demandas da indústria como, por exemplo, planos de participação nos lucros e resultados (PLR, que assumem uma aparência de melhoria salarial, mas que em essência é mais uma forma de controle e exploração da força de trabalho<sup>7</sup>), maior autonomia etc e, por outro, aumentam os ganhos (empresariais) com a chamada “flexploração”, evidenciada por Bourdieu (1998) – uma nova gestão do trabalho, sustentada numa situação de extrema insegurança e instabilidade, obrigando os trabalhadores a uma submissão (e subsunção) a exploração e ao capital, pressionados pelo medo. É o que Bourdieu (*op. cit.*) denomina “gestão racional da insegurança”. Portanto, essa situação de exploração (flexibilização) evidencia condições frágeis de inserção em formas de trabalho altamente precarizadas, tanto no setor privado, como no público, aumentando as posições temporárias nas empresas industriais e constituindo novas formas de alienação. “A precariedade está hoje em toda à parte” (...). “A precariedade torna o futuro incerto, impede qualquer antecipação racional e o mínimo de crença e de esperança no futuro que é preciso para se revoltar, sobretudo a coletividade” (Bourdieu, 1998, p.120).

No bojo desse processo, tem-se a “mundialização” da economia que, segundo Antunes (1999), colaborou para alterações qualitativas na forma de ser do trabalho, ocorrendo uma redução do capital variável e um aumento do capital constante, uma substituição do trabalho vivo (do trabalhador) pelo trabalho morto (pela máquina). Dessa maneira, uma redução quantitativa do número de operários tradicionais e no aspecto qualitativo, o trabalhador se qualifica em alguns ramos e desqualifica-se em tantos outros. Mas, conforme Antunes (1999), não se pode conceber o fim do trabalho concreto, (que cria coisas socialmente úteis e ao fazê-lo autotransforma seu criador, o universo da sociabilidade humana, a forma de intercâmbio entre o ser social e a natureza, criador de valores de uso, coisas úteis). O que se pode pensar, se for

possível imaginar para além do capital, é o fim do trabalho abstrato, estranhado (alienado), ação articulada com o fim da sociedade produtora de mercadorias. Portanto, é um equívoco afirmar que o trabalho está acabando, ou que este deixa de ser central no entendimento do ser social. Mesmo porque se compreende que enquanto existir ser humano/social haverá formas de sociabilidade universais e estas se apresentam mediadas pelo trabalho.

É neste contexto mais geral que se situam as transformações na atualidade do mercado de trabalho de Salvador. Conforme dados do Dieese (2001), a taxa de desemprego da grande Salvador continuou a ser a maior dentre as seis capitais pesquisadas (Belo Horizonte, Distrito Federal, Porto Alegre, Recife, São Paulo e Salvador), com 26,6% da população economicamente ativa, em 1999. Podemos entender melhor como está o panorama desse mercado através dos dados da PED – pesquisa de emprego e desemprego, SEP/SEAD/PED/DIEESE/UFBA, realizada em 1998.

A população economicamente ativa (PEA) da Região Metropolitana de Salvador (RMS), em 1998, correspondia a aproximadamente 1,4 milhões de pessoas, sendo 75% ocupados e 25% desempregados. A grande maioria da população ocupada (82,5%) residia na cidade de Salvador. O número de desempregados era de 347 mil pessoas, a maior parte destes (75,9%) residiam no município de Salvador. (Ver tabela 02 e 03 abaixo).

**Tabela 02 – Estimativa da população Economicamente Ativa, Ocupados e Desempregados, e Percentual que Reside no Município de Salvador**

Região Metropolitana de Salvador – 1998		
Condição de Atividade	Total da RMS	Residentes
	(em 1000 pessoas)	No MS ( em %)
População Economicamente Ativa	1393	80,8
Ocupados	1046	82,5
Desempregados	347	75,9

**Fonte:** Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

<sup>7</sup> Referente a PLR ver Anônio de Pádua Melo Neto. Título (Monografia de conclusão de curso em Economia), UFBA, 2002.

**Tabela 03 – Distribuição dos Ocupados na Região Metropolitana de Salvador segundo o Município de Residência e de Trabalho**

Região Metropolitana de Salvador – 1998	
Município de Residência e de trabalho	%
Total Residente	100,0
Reside e Trabalha no Município de Salvador	77,1
Reside no Município de Salvador e trabalha Em outro município	5,4
Reside fora do Município de Salvador E Trabalha neste Município	2,2
Reside e Trabalha fora do Município de Salvador	15,3
<b>Fonte:</b> Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED RMS – SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.	

A partir dos dados apresentados acima, pode-se perceber o alto percentual de desemprego em Salvador. A capital baiana, em 1998, como foi apresentado anteriormente, caracteriza-se por um antagonismo perceptível nos dados em questão, onde ao mesmo tempo concentra o maior percentual de ocupados da região metropolitana, assim como também subsistia o maior percentual de desempregados.

Dos ocupados da RMS, a maioria encontra-se em atividades classificadas como informais, segundo a metodologia da PED, cerca de 528 mil pessoas (o que corresponde a 50,5% dos ocupados em Salvador). Estes encontram-se inseridos em condições precárias de trabalho e de vida, expostos às mais diversas situações: fatores climáticos, controle do espaço urbano, controle e definição da organização do trabalho, instabilidade/insegurança dentre outros.

Para tornar mais claro a composição do mercado de trabalho a luz desses dados da PED de 1998, vamos constituir um breve perfil da inserção no mercado de trabalho:

Do total de ocupados na RMS, percebe-se que a maior participação dos homens é em atividades formais, com cerca de 55%, já a maior participação das mulheres dar-se-á na informalidade, com aproximadamente 57%. Com relação a cor, nota-se que a maioria dos trabalhadores não-brancos (negros, pardos) estão na informalidade, com 53% (ver tabela 04, abaixo). E a maioria dos brancos (59%) encontra-se nas atividades formais.

**Tabela 04 – Distribuição dos Ocupados que Moram ou Trabalham no Município de Salvador, segundo sexo e cor**

Região Metropolitana de Salvador – 1998 (%)					
Posição na Ocupação	Total	Sexo		Cor	
		Masculino	Feminino	Branca	Não-Branca
Assalariados em Empresas com até 5 Empregados	6,5	6,9	5,9	5,2	6,8
Com Carteira Assinada	2,4	2,2	2,5	2,1	2,4
Sem Carteira Assinada	4,1	4,7	3,4	3,1	4,4
Ass. Sem Cart. Assinada em Empresas com Mais de 5 Empregados	4,6	5,3	3,7	4,9	4,5
Total de Empregador c/até 5 Empregados e dono de Negócio Familiar	3,7	4,4	2,9	7,3	2,8
Empregador de Empresas com até 5 Empregados	2,7	3,3	2,0	5,8	2
Dono de Negócio Familiar	1,0	1,1	0,9	1,5	0,8
Autônomos	23,5	25,5	21,2	18,0	24,9
que trabalham para o Público	19,3	19,9	18,6	13,7	20,7
que trabalham para Empresas	4,2	5,6	2,6	4,3	4,2
Empregados Domésticos	10,2	1,2	21,0	3,8	11,8
Trabalhadores Familiares	2,0	1,9	2,1	1,7	2,1
Subtotal	50,5	45,2	56,8	40,9	<b>52,9</b>
Ocupados Não Relacionados Acima (1)	49,5	54,8	43,2	59,1	47,1
Ocupados Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

**Fonte:** Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.  
(1) Inclusive os Assalariados e Empregadores que não informaram o tamanho da empresa em que trabalham.

Já do total de trabalhadores (as) em ocupações formais, 60% são homens; e do total dos (as) ocupados (as) na informalidade 51% são mulheres. Assim, percebe-se nos dados em questão, que ao falar de trabalho formal, tem-se ainda a predominância de homens, já para a informalidade, nota-se a participação majoritária das mulheres, que certamente ao encontrarem mais barreiras para o acesso as ocupações formais, terminam por se inserirem na informalidade – aqui, o trabalho doméstico tem um peso significativo para compor essa majoritariedade feminina. (ver tabela 05 abaixo)

Do total de trabalhadores (as) formais, 76% são de cor não-branca e do total de informais 84% são os de cor não-branca, isso é um reflexo da composição étnica da cidade de Salvador, conforme tabela 05 abaixo.

**Tabela 05 – Distribuição dos Ocupados que Moram ou Trabalham no Município de Salvador segundo Sexo e Cor**

Região Metropolitana de Salvador - 1998 (%)	Posição na Ocupação	Total	Sexo		Cor	
			Masculino	Feminino	Branca	Não-Branca
	Assalariados em Empresas com até 5 Empregados	100,0	58,5	41,5	16,2	83,8
	Com Carteira Assinada	100,0	51	49	17,8	82,2
	Sem Carteira Assinada	100,0	62,8	37,2	15,3	84,7
	Ass. Sem Cart. Assinada em Empresas com Mais de 5 Empregados	100,0	63	37	21,7	78,3
	Total de Empregador c/até 5 Empregados e dono de Negócio Familiar	100,0	64,8	35,2	39,7	60,3
	Empregador de Empresas com até 5 Empregados	100,0	66,3	33,7	43	57
	Dono de Negócio Familiar	100,0	60,7	39,3	30,2	69,8
	Autônomos	100,0	58,9	41,1	15,6	84,4
	que trabalham para o Público	100,0	56,2	43,8	14,4	85,6
	que trabalham para Empresas	100,0	71,6	28,4	20,6	79,4
	Empregados Domésticos	100,0	6,5	93,5	7,6	92,4
	Trabalhadores Familiares	100,0	52,2	47,8	16,9	83,1
	Subtotal	100,0	48,8	51,2	16,4	83,6
	Ocupados Não Relacionados Acima (1)	100,0	60,4	39,6	24,2	75,8
	Ocupados Total	100,0	54,5	45,5	20,3	79,7
<b>Fonte:</b> Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.						
(1) Inclusive os Assalariados e Empregadores que não informaram o tamanho da empresa em que trabalham.						

Referente à idade, (ver tabela 06 abaixo) tem-se que a categoria que normalmente encontra dificuldade de inserir-se no emprego formal são os jovens (na faixa etária de 10 a 17 anos), pois dos ocupados nessa faixa na RMS, 86,3% encontram-se em atividades informais. Isso também pode ser observado na categoria de 18 a 24 anos, que também podem ser incluídos como jovens e, que também encontram dificuldades de inserção em atividades formais, recorrendo substancialmente à informalidade, por exemplo: na RMS, 55,8% dos indivíduos ocupados entre 18 e 24 anos, estão na informalidade. Por fim, tem-se que dos trabalhadores ocupados na faixa de 40 anos ou mais, na RMS, 48,5% encontram-se em atividades informais, o que vem a confirmar a dificuldade desses trabalhadores de se inserirem no emprego formal ou se reinserirem em atividades formais.



**Tabela 06 – Distribuição dos Ocupados que Moram ou Trabalham no Município de Salvador, segundo idade**

Região Metropolitana de Salvador – 1998 (%)							
Posição na Ocupação	Total	Idade					
		10 a 17	18 a 24	25 a 39	40 e mais	Média	Mediana
Assalariados em Empresas com até 5 Empregados	6,5	15,4	12,3	5,3	2,9	27,4	24
Com Carteira Assinada	2,4	(2)	3,6	2,6	1,5	31,4	29
Sem Carteira Assinada	4,1	14,7	8,7	2,6	1,3	25,1	22
Ass. Sem Cart. Assinada em Empresas com Mais de 5 Empregados	4,6	8,0	9,0	3,8	2,2	28,3	25
Total de Empregador c/até 5 Empregados e dono de Negócio Familiar	3,7	-	0,9	3,8	6,0	41,2	40
Empregador de Empresas com até 5 Empregados	2,7	-	(2)	3,0	4,2	40,9	39
Dono de Negócio Familiar	1,0	-	(2)	0,7	1,8	42,2	43
Autônomos	23,5	26,5	15,9	21,9	29,7	37,0	36
que trabalham para o Público	19,3	19,8	11,4	18,0	25,7	37,8	37
que trabalham para Empresas	4,2	6,6	4,5	4,0	4,0	33,6	32
Empregados Domésticos	10,2	18,3	15,7	9,2	6,8	30,2	28
Trabalhadores Familiares	2,0	18,1	1,9	0,8	0,8	23,2	17
Subtotal	50,5	86,3	55,8	44,7	48,5	33,4	32
Ocupados Não Relacionados Acima (1)	49,5	13,7	44,2	55,3	51,5	35,1	34
Ocupados Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	34,3	33

**Fonte:** Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.  
 (1) Inclusive os Assalariados e Empregadores que não informaram o tamanho da empresa em que trabalham.  
 (2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Outro aspecto que caracteriza estes trabalhadores informais é a baixa escolaridade: dos analfabetos e dos que possuem 1º grau incompleto ocupados que moram ou trabalham no município de Salvador, 77,7% e 68,3%, respectivamente, são informais, o que também vêm a confirmar a relação entre informalidade e baixa escolaridade (ver tabela 07 abaixo). Quando a escolaridade aumenta, percebe-se uma migração desses percentuais altos para a formalidade: dos ocupados com 2º grau completo + 3º grau incompleto, 64,3% são trabalhadores formais e do total de ocupados com 3º grau completo, 84,7% são formais.

**Tabela 07 – Distribuição dos Ocupados que Moram ou Trabalham no Município de Salvador, segundo grau de instrução**

Região Metropolitana de Salvador – 1998 (%)								
Posição na Ocupação	Total	Grau de Instrução					Anos de Escolaridade	
		Analfabeto	1º Grau Incompleto	1º Grau Comp. + 2º Grau Inc.	2º Grau Comp. + 3º Grau Inc.	3º Grau Comp.	Médiana	Mediana
Assalariados em Empresas com até 5 Empregados	6,5	4,0	8,2	7,8	5,8	(2)	7	7
Com Carteira Assinada	2,4	(2)	2,3	2,7	3,0	(2)	8	9
Sem Carteira Assinada	4,1	(2)	5,8	5,0	2,9	(2)	7	6
Ass. Sem Cart. Assinada em Empresas com Mais de 5 Empregados	4,6	(2)	4,6	5,7	5,1	2,3	8	8
Total de Empregador c/até 5 Empregados e dono de Negócio Familiar	3,7	(2)	2,1	3,4	5,6	5,6	10	11
Empregador de Empresas com até 5 Empregados	2,7	(2)	1,2	2,2	4,5	5,4	11	11
Dono de Negócio Familiar	1,0	(2)	1,0	1,2	1,1	(2)	8	8
<b>Autônomos</b>	<b>23,5</b>	<b>44,3</b>	<b>31,4</b>	<b>23,2</b>	<b>16,7</b>	<b>6,1</b>	<b>6</b>	<b>6</b>
que trabalham para o Público	19,3	41,4	26,8	18,1	12,4	4	6	5
que trabalham para Empresas	4,2	(2)	4,5	5,1	4,3	2,1	8	8
Empregados Domésticos	10,2	24,7	18,7	9,2	1,4	(2)	5	4
Trabalhadores Familiares	2,0	(2)	3,3	2,2	0,9	(2)	6	6
Subtotal	50,5	77,7	68,3	51,4	35,7	15,3	7	6
Ocupados Não Relacionados Acima (1)	49,5	22,3	31,7	48,6	64,3	84,7	10	11
Ocupados Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	8	8

**Fonte:** Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.  
(1) Inclusive os Assalariados e Empregadores que não informaram o tamanho da empresa em que trabalham. (2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

E, por fim, referente ao total de trabalhadores (as) em ocupações formais tem-se que 40% são os trabalhadores (as) com 2º grau + 3º grau incompleto, o que representa o percentual mais expressivo. Já para o total de trabalhadores (as) em ocupações informais tem-se 52% com o 1º grau incompleto (a maioria), ver tabela 08 abaixo. Ou seja, ainda está presente a relação informalidade e baixa escolaridade.

**Tabela 08 - Distribuição dos Ocupados que Moram ou Trabalham no Município de Salvador , segundo grau de instrução**

Região Metropolitana de Salvador - 1998 (%)	Posição na Ocupação	Total	Grau de Instrução				Anos de Escolaridade		
			Analfabeto	1º Grau Incompleto	1º Grau Comp. + 2º Grau Inc.	2º Grau Comp. + 3º Grau Inc.	3º Grau Compl.	Média	Mediana
<b>Assalariados em Empresas com até 5 Empregados</b>									
		100,0	2,8	48,9	18,8	27,8	(2)	7	7
	Com Carteira Assinada	100,0	(2)	38,2	18,1	39	(2)	8	9
	Sem Carteira Assinada	100,0	(2)	55	19,2	21,4	(2)	7	6
<b>Ass. Sem Cart. Assinada em Empresas com Mais de 5 Empregados</b>									
		100,0	(2)	38,5	19,6	34,6	5,2	8	8
<b>Total de Empregador c/até 5 Empregados e dono de Negócio Familiar</b>									
		100,0	(2)	21,9	14,2	46,6	15,7	10	11
<b>Empregador de Empresas com até 5 Empregados</b>									
		100,0	(2)	16,2	12,3	50,3	20,4	11	11
<b>Dono de Negócio Familiar</b>									
		100,0	(2)	38,2	19,6	36	(2)	8	8
<b>Autônomos</b>									
		100,0	8,5	51,5	15,4	21,8	2,7	6	6
	que trabalham para o Público	100,0	9,7	53,7	14,6	19,7	2,2	6	5
	que trabalham para Empresas	100,0	(2)	41,4	19,0	31,3	5,2	8	8
<b>Empregados Domésticos</b>									
		100,0	11,0	70,6	14,1	4,3	(2)	5	4
<b>Trabalhadores Familiares</b>									
		100,0	(2)	64,1	17,2	14,2	(2)	6	6
<b>Subtotal</b>									
		100,0	7,0	52,2	15,9	21,7	3,2	7	6
<b>Ocupados Não Relacionados Acima (1)</b>									
		100,0	2,0	24,7	15,3	40,0	17,9	10	11
<b>Ocupados Total</b>									
		100,0	4,5	38,6	15,6	30,8	10,5	8	8
<b>Fonte:</b> Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.									
(1) Inclusive os Assalariados e Empregadores que não informaram o tamanho da empresa em que trabalham.									

Portanto, compreender o mercado de trabalho de Salvador é entender sua composição e, assim, perceber que esta é formada por uma participação expressiva da informalidade, ou seja, de formas de trabalho irregulares, não-regulamentadas que, geralmente, são exclusivamente direcionadas para a busca direta da sobrevivência. E nota-se, que boa parte dos trabalhadores que se inserem na informalidade vão, principalmente, em decorrência da idade, pois já são considerados “velhos” com 40 anos e mais ou são considerados “novos” com 18 à 24 anos; e ligado a isso, a questão da baixa escolaridade.

### III – De qual informalidade estamos tratando?

a) Informalidade: Setor Informal; Unidade econômica; Unidade jurídica (economia subterrânea, submersa ou invisível)

O conceito de informalidade desde sua origem foi utilizado para entender ou delimitar um conjunto de atividades muito heterogêneas<sup>8</sup> e, por isso, foi polemizado e redimensionado a depender da compreensão teórica e dos objetivos específicos e analíticos de cada autor. Como exemplo dessas atividades têm-se as micro-empresas, o trabalhador autônomo, o empregado assalariado sem carteira de trabalho assinada, o pequeno produtor, a economia subterrânea ou submersa, o empregado doméstico, o trabalhador terceirizado, o trabalho a domicílio, as cooperativas de trabalho, as atividades criminosas etc. (Cacciamali, 1991; Hugon, 1997).

O uso do termo “setor informal” surge institucionalmente nos estudos realizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) – em 1972, relatório sobre as condições de trabalho no Quênia e Gana, África, inserido no Programa Mundial de emprego, cujas evidências empíricas revelaram “...um cenário onde o enorme subemprego agrícola coexistia com um crescimento expressivo da população urbana, incrementado por um forte fluxo migratório campo-cidade, gerando uma população marginal localizada no entorno das grandes cidades” (Tomazini, 1995, p.4). Conforme a autora, esses estudos da OIT mostraram também que o crescimento do emprego industrial e dos serviços foi insuficiente para absorver toda a população economicamente ativa urbana.

A caracterização da OIT sobre o setor informal urbano parte da unidade econômica, caracterizada pela produção em pequena escala, pelo reduzido emprego de técnicas, utilização de trabalho familiar e pela quase inexistente separação entre capital e o trabalho. Tais unidades também se caracterizam pela baixa capacidade de acumulação de capital, unidades produtivas pouco organizadas e por oferecerem empregos instáveis, sem proteção social e reduzidas rendas. Esta denominação da OIT possibilita outra perspectiva a relação que concebia os trabalhadores

informais como obstáculos ao desenvolvimento de determinado país – forças do “atraso” impedindo o “moderno”, onde o setor informal representava um entrave para o progresso. “A principal contribuição deste estudo foi o desenvolvimento de uma tipologia, setor formal/informal, alternativa a concepção teórica dual-clássica, setores moderno e tradicional, visada até então em análises de economias dos países periféricos no sistema capitalista (Filgueiras, Druck e Amaral, 2000). Assim, “...distinguem-se dois setores diferenciados no mercado de trabalho urbano: um é o mercado formal, que pelo lado da oferta gera ocupações em empresas organizadas e do outro é o mercado informal que, por sua vez, está relacionado às atividades de baixo nível de produtividade para trabalhadores independentes ou por conta própria e para empresas muito pequenas não organizadas institucionalmente.” (Tomazini, 1995, p.6).

Conforme a autora pode-se sintetizar essa denominação do setor informal como sendo um “...mecanismo através do qual procuram sobreviver os migrantes que não encontram emprego na área organizada do mercado de trabalho”(Idem,1995, p.9). Para a autora é o excedente estrutural de mão-de-obra que cria o setor informal urbano, constituído por circuitos de sobrevivência, através de um amplo segmento de atividades econômicas, onde seus integrantes se auto-empregam na produção de bens e serviços em pequena escala e com baixos níveis de produtividade, com os quais obtém uma pequena renda, a “renda informal”<sup>9</sup>. Em outras palavras, isto evidencia como que o setor informal funciona como um “setor de ajustes” para as economias onde o processo de desenvolvimento econômico envolve um crescimento heterogêneo e limitado. O setor informal serve como “porta de entrada” para os migrantes (Tomazini, 1995, p.10).

Para a OIT, portanto, o setor informal funcionava como uma alternativa de sobrevivência diante do aumento demográfico e de constantes migrações do campo para os centros urbanos (para a população não absorvida no setor formal da economia). Assim, as principais características constitutivas do setor informal são: 1) propriedade familiar do empreendimento;

---

<sup>8</sup> Carvalho (1986:6) “A heterogeneidade interna é percebida como um determinante básico das dificuldades para uma delimitação mais precisa e uma melhor definição operacional do setor informal.”

<sup>9</sup> Uma outra abordagem referente à formação desse setor informal urbano pode ser encontrado em Ana Flávia Machado, em “Trabalhador por conta-própria: heterogeneidade de renda em regiões metropolitanas”. No qual a autora tem como objetivo revelar que o setor informal, em específico o trabalhador por conta-própria, não é só o excedente de mão-de-obra a mercê das flutuações econômicas, mas é também alternativa de “locus” de trabalho para aqueles que não desejam ter patrão ou que almejam possuir seu “negocinho”.

2) origem e aporte próprio dos recursos; 3) pequena escala de produção; 4) facilidade de ingresso; 5) uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada; 6) qualificações profissionais fora do ensino formal; e, 7) participação em mercados competitivos e não regulamentados pelo Estado (Cacciamali, 2000).

Este conceito de informalidade, que baseia-se no setor informal a luz da unidade econômica, gerou críticas. A principal delas foi direcionada ao fato da abordagem continuar dual e estática, tal como a concepção dos setores moderno e tradicional, que não conseguia evidenciar a complexidade da dinâmica da produção e do emprego, dos dois setores, uma vez que considerava os dois setores independentes entre si. (Filgueiras, Druck e Amaral, 2000).

Este conceito do informal partindo da unidade econômica pode ser relacionado ao conceito de “Marginalidade” ou a teoria do “subdesenvolvimento”. Sobre conceito de marginalidade, pode-se dizer que também parte da unidade econômica, tendo por base as condições vigentes dos fatores de produção.

Conforme Paoli (1978) *apud* Alves (2001, p.46), a noção de “marginalidade” é bastante ampla. A mesma procura abranger todas as relações de trabalho, categorias de pessoas que não participam da relação entre capitalistas e trabalhadores assalariados produtivos, e também aquelas que não se revestiram de racionalidade na reprodução do capital.

Conforme Alves (2001), a “teoria da marginalidade” surgida nas décadas de 60 e 70 para explicar o processo de precarização da força de trabalho na América Latina, não conseguiu explicar essas formas de trabalho, pois via esses trabalhadores como participantes de um “grupo não-integrado” ao sistema capitalista. Desconsiderava a relação direta dessas formas de precarização e o processo de acumulação. Mesmo porque, a teoria da marginalidade tinha como primazia uma concepção dual em setor formal e informal, estanques e estáticos. Para os teóricos da marginalidade, houve transformações urbanas por toda a América Latina, mas não houve um desenvolvimento econômico para acompanhar tais transformações, e devido a isso, tem-se um inchaço do terciário e o aumento da população carente, subempregada e desempregada (Alves, 2001, p.34). Já para Oliveira (1974), esse aumento da população carente, subempregada e desempregada não é resultante de uma situação específica, momentânea, de um desajuste

circunstancial, mas sim, fruto do próprio capitalismo. Para o autor, o próprio subdesenvolvimento é resultante do capitalismo.

De acordo com Alves (2001), a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) propunha um processo de desenvolvimento auto-suficiente, visando o equacionamento dos problemas estruturais surgidos nas sociedades latino-americanas. E afirmava que a dependência seria a causa da “marginalização”. Contudo, os anos 70 mostraram os limites das proposições da CEPAL, já que a modernização das economias nacionais não gerou os resultados esperados, pois se percebia ainda um contingente populacional em idade ativa que praticamente não se inseriu na nova estrutura econômica (Dedecca, 1990 apud Alves, 2001, p. 36).

Enfim, conforme Paoli (1978) apud Alves (2001, p.48-49), o trabalho informal desenvolvido pelos ambulantes não pode ser considerado como “marginal”, pois os mesmos funcionam como agentes de circulação de mercadoria e como exército de reserva. Logo, a atividade informal está inserida dentro da funcionalidade do mercado geral, resultante do movimento do próprio capital, o que os teóricos da teoria da marginalidade não concebem.

Essas análises dualistas, na década de 60 e 70, relacionavam a informalidade à pobreza e ao subdesenvolvimento. Indicava que o setor informal era uma opção de trabalho aos contingentes de trabalhadores desqualificados que buscavam inserir-se economicamente (Dedecca, 1990 apud Alves, 2001, p.04).

No início da década de 70, Francisco de Oliveira já rompia com a concepção dual e estática de setores moderno e atrasado, e formal e informal. De fato, existe um intercâmbio entre estas duas esferas, como afirma Francisco de Oliveira, existe uma simbiose entre o “moderno” e o “arcaico”, ou seja, entre o formal, e o ambulante: “Não é estranha a simbiose entre a ‘moderna’ agricultura de frutas, hortaliças e outros produtos de granja com o comércio ambulante?” (Oliveira, 1972, p. 29,30). Para Oliveira, “... a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo...” (Oliveira, 1972, p.32). Outros autores também compartilham desse tipo de conjectura e de uma imbricação (subordinação) do informal ao formal (Souza, 1980; Carvalho, 1986, *et al.*). Mais, recentemente,

pesquisas apontam para a chamada informalização dos formais<sup>10</sup>. Isto ocorre devido, principalmente, à intensa reestruturação produtiva para auferir maior produtividade e menores custos.

Também, posteriormente, na década de 80 alguns autores (Souza, 1980a; Cacciamenti, 1983) rompem com a abordagem dualista e concebem o setor informal como intersticial e subordinado ao movimento das empresas capitalistas (Alves, 2001, p.04). A autora refere-se a Berlinck (1974) para afirmar que existe um forte entrelaçamento entre o “setor marginal” e o “núcleo moderno” das sociedades desenvolvidas. Para o autor, não existe “marginalidade social”, pois a abundante força de trabalho não qualificada desempenha as funções de exército industrial de reserva e possibilita o rebaixamento salarial e a superexploração do trabalho.

Entre 1970 e 1980, nos países centrais, uma outra concepção de informalidade passou a ser utilizada exprimindo atividades e práticas econômicas ilegais e/ou ilícitas com relação às normas e regras instituídas pela sociedade. Com isso, passou-se a se identificar com a chamada economia subterrânea ou não registrada, ou ainda, com a economia submersa, redefinindo o conceito de setor informal a luz de um critério jurídico.

Para Lima (1985, p.12), a economia subterrânea ou submersa pode ser também denominada de “criptoeconomia”, oriundo de “criptos” (escondido, oculto, secreto). Podendo ser definida, conforme a autora, citando Vito Tanzi do FMI, como sendo “...o produto nacional bruto que, por não ser declarado e/ou subdesenvolvido, não é medido pelas estatísticas oficiais”. É, portanto, uma economia que, conforme Lima (Idem), vem aumentando nesses anos de recessão (décadas de 70 e 80), incorporando um amplo contingente de trabalhadores sem amparo legal (trabalhista e social). Logo, nessas duas décadas observou-se nos países centrais o fenômeno da intensificação da chamada economia submersa e nos países periféricos (no Brasil) observou-se o surgimento da chamada “nova informalidade” advinda da reestruturação produtiva, da retração dos postos de trabalho formais e a entrada na informalidade de trabalhadores advindos do setor formal, do setor até então protegido, seguro.

---

<sup>10</sup>Essa relação formal e informal ver Dissertação de Mestrado Maria Aparecida Alves, Cap. II, 2001.



Estes dois conceitos concebem a divisão da economia em setores (teoria dualista; formal e informal). Esta divisão foi bastante criticada e pode-se afirmar que é ultrapassada, pelo menos em seu sentido originário de um setor fechado, com seu sistema próprio e rígido de funcionamento.

Portanto, o conceito de informalidade está relacionado tanto a formas de organização da produção (unidade econômica), o trabalho por conta própria e a microempresa, como também a diferentes formas de assalariamento ilegal (unidade jurídica), mesmo dentro de empresas legais. Entretanto, estas diferentes formas de inserção possuem características em comum: “são atividades, trabalhos e rendas realizados desconsiderando regras expressas em lei ou em procedimentos usuais” (Cacciamali, 2000, p.153); são atividades que têm a marca da precarização, pois são vulneráveis, possuem incertezas de renda e de perspectiva futura; e, são, geralmente, estratégias de sobrevivência.

Resumindo, utilizaremos aqui a denominação de informalidade para definir as atividades não regulamentadas, tipicamente não capitalistas, direcionadas para a sobrevivência, contando, muitas vezes, com a participação de auxiliares e ajudantes (familiares), e com a peculiaridade de serem atividades desenvolvidas nas ruas.

#### b) atividade de rua: uma atividade típica da cidade de Salvador

A rua demanda uma multiplicidade de significados. À qualidade intrínseca de elo, ligação e passagem entre lugares somam-se outros eventuais sentidos: a rua em festa, a rua da reivindicação, a rua do morar, a rua da violência. Mas, indiscutivelmente, a rua tem se notabilizado como marco espacial da segregação, evidenciando nas expressões trabalhador de rua, o menino de rua, o morador de rua, etc (Carlos, 1998, apud Cerqueira, 2000, p.56).

As ruas da cidade de Salvador, desde os tempos de sua fundação, configuraram-se como um espaço de sofrimento, de suor, de castigo/punição, de tortura, de “piedade”, de labuta, assim

como, de folia, de festejos, cortejos, irreverências, chalaças, portanto, um espaço do lúdico e da labuta. Esta última é o que norteia nossa abordagem, não desmerecendo todos os encantos e prazeres das “alegrias” e ludicidade dessa terra. Enfim, partiremos da rua, como aquele espaço do “trabalho”, pois a cidade de Salvador foi fundada nos marcos do comércio marítimo, que foi facilitado pelo transporte terrestre dos homens das docas, os doqueiros. Portanto, a capital baiana desde cedo formou-se nas ruas, pelo trabalho de rua, que a tudo transportava (tanto coisa como gente) e de tudo vendia, principalmente comidas de origem africana. Um espaço que foi considerado tão pitoresco, sujo e obscuro pela “elite branca” baiana, que a luz das vitrines (ou do parâmetro) da Europa, não aceitavam mais que suas ruas fossem ocupadas pelo povo negro: escravos, libertos e mestiços. E, assim, a rua foi controlada, foi demarcada, muitas vezes através da polícia, (como falaremos mais adiante, referente ao trabalho de rua do século XIX) para atender aos anseios de uma elite que se achava civilizada e modernizante.

Conforme Cerqueira (2000, p.57-58)

A rua caracterizada como espaço que acolhe excluídos e reproduz a exclusão com suas teias laborais e relações de poder e legalidade(...). Por sua vez, a mão-de-obra que atua nas ruas tem deixado de ser uma saída temporária, tornando-se prática permanente, uma vez que retornar ao mercado formal de trabalho é para a maioria algo fora de cogitação.

Portanto, a rua, como espaço de trabalho apresenta-se como um fator estruturante e definidor do trabalho na rua, principalmente, por instituir uma “suposta” condição temporária, mas que na verdade caracteriza-se como uma forma de aprisionamento.

### c) A atividade de rua em Salvador no século XIX

Na verdade, desde antes do século XIX, formas de trabalho executadas na rua, ou entre a casa e a rua, já existiam, mas até por falta de livros a respeito, faremos uma simples referência ao século XIX e, posteriormente, vamos adentrar pelo século XX e em seguida situar o momento presente.

No século XIX, a sociedade brasileira era altamente estratificada e possuía uma dinâmica social rígida e delimitada. Os estratos sociais sedimentados apresentavam atividades diferenciadas. Algo que se modifica profundamente ao longo do século XX e na atual metrópole, moderna e globalizada.

A Bahia do século XIX conservava uma base patriarcal (patrimonial) e, portanto, assentava-se na família, na dominação da elite “branca”. Esta preconizava o “progresso”, a “civilização”, à luz do processo civilizatório europeu, sem conceber espaços para negros e africanos. Era, portanto, necessário conter os ânimos desses escravos, libertos, crioulos e mestiços (brasileiros), que povoavam a cidade, e representavam a africanização do Brasil. Assim, a regulamentação e o controle por parte do poder público municipal e estadual foram colocados em prática (João Reis, 1991), por exemplo, no caso dos “ganhadores”<sup>11</sup> - muitos foram perseguidos e registrados em livro de matrícula, que ficava a disposição da polícia -, e das vendedoras de comida. No caso destas, a ação possuía duas características centrais. Primeiro, tinha um caráter de embelezar a cidade, reservar e conservar os espaços públicos da cidade para a elite (“branca”, “letrada”). Portanto, não poderia ser um espaço pitoresco, ridicularizado, obscuro, popular, mas sim respeitoso, limpo e ordeiro. Desta maneira, estas vendedoras eram estereotipadas de africanas e escravas, principalmente devido as suas vestimentas e a sua cor, as quais eram relacionadas com barbárie, atraso e falta de higiene.

Um outro ponto diz respeito às leis que refletiram a tentativa do governo de constituir em Salvador esse processo “civilizatório”. Estas leis interferiram até nas festas tradicionais da cultura baiana, como a lavagem da Igreja do Bonfim e a festa do “entrudo”. A primeira foi

---

<sup>11</sup> Homens que trabalhavam na rua, “ganhavam” a vida nas atividades de rua: carpinteiro, carregador, pedreiro, pintor, entre outras.

proibida em tempos republicanos, em 7 de dezembro de 1889, pelo arcebispo Luis Antonio Santos, o que provocou uma reação das devotas que tentaram lavar a Igreja no dia 17 de janeiro de 1890, desconsiderando a ordem do arcebispo. Estas tiveram suas vassouras e vasos apreendidos pela guarda cívica que afirmava: “hoje, aqui não há lavagem”.

A segunda foi sendo modificada desde meados do século XIX. Em 1878, o “entrudo” foi definitivamente proibido pela polícia e em lugar desta foi realizado o carnaval, festa concebida como familiar e ordeira, que substituiu o entrudo associado ao popular e “promíscuo”. Estas ações provocaram a *posteriori* reações populares pela permanência de suas características tradicionais/africanas. Estas reações vão ser reforçadas pelo Candomblé e pelos cultos afros, assim como por suas festividades, além do apoio de alguns estudiosos e intelectuais que consideravam importante a preservação dos traços populares africanos, como sendo estes aspectos constitutivos da identidade cultural de Salvador.

Apesar desse “controle”, Salvador era uma cidade desordenada, sua paisagem urbana e suas hierarquias sociais foram sedimentadas sobre os pobres e pretos, homens e mulheres, livres, libertos e cativos, mendigos e vadios (Ferreira, 1998, 1999) que conheciam e se constituíam como seres estruturantes do ambiente sócio-espacial da cidade. A rua, neste panorama, constituía-se como o reduto dos mais vivos e hábeis. Dentre estes, o escravo de ganho<sup>12</sup>, de acordo com Alberto Heráclito, foi quem melhor se adaptou a este espaço, conseguindo inclusive tirar proveito do controle senhorial e até manter uma relação de confiança e cooperação<sup>13</sup>.

As mulheres pobres (libertas; vendendo produtos, como: quitutes, caruru, mingau etc) revelaram-se habilidosas, ágeis e versáteis. Representavam nitidamente exemplos daqueles que conseguiram driblar os obstáculos e os desafios das ruas (Ferreira, *op. cit.*).

João Reis (*op. cit.*) afirma que, na greve negra de 1857, a maioria dos negros de Salvador, escravos ou não, trabalhava na rua ou entre a casa e a rua. Eram, em sua maioria, carregadores. “Tudo que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro” observa em

<sup>12</sup> O produto de seu trabalho era, quase todo, apropriado pelo Senhor de Ganho. Este se valia do escravo e do produto de seu trabalho como meio de obter recursos. Assim, pode-se supor que o trabalho do escravo de ganho ficava subsumido ao senhor de engenho.

<sup>13</sup> Conforme Holanda (1936), o senhor necessitava da cooperação do escravo, pois este detinha a especialização em determinado serviço como: carpintaria, serraria, construção, hidráulica, etc.

1858 o viajante alemão Robert Ave – Lallemand. Eles se concentravam em “cantos”, locais específicos da cidade, como esquinas movimentadas. Referente aos “cantos”, Reis apresenta uma análise elucidativa, possibilitando compreender o nível de organização desses trabalhadores e a resistência que tiveram diante das regulamentações impostas pela Câmara Municipal e pelo estado. Assim, o autor relata a “greve negra de 1857”, a qual representou a paralisação das atividades de carregamento feitas pelos negros por aproximadamente uma semana, numa cidade onde quase tudo que saía e entrava era pelos portos.

A concentração em “cantos” significava uma estratégia de sobrevivência para estes trabalhadores no século XIX (*carregadores*, pois que carregavam de tudo, de bebidas a pessoas nas cadeiras de “arruar”; vendedores; e *ganhadores* (pintores; pedreiros; artesãos; mandingueiros; feiticeiros; encanadores; marceneiros; entre outros) que eram caracterizadas pelas elites da época como o nicho social dos excluídos e banalizados.

#### d) A atividade de rua (informal) em Salvador nos dias atuais

O trabalho informal se manteve presente em Salvador por todo o século XIX, pelo século XX e cresce nesse início do século XXI. Contudo, do início do século XX até 1950, a Bahia, e especificamente Salvador, comportou características diferenciadas do restante do país, o que influenciou consideravelmente a atividade informal devido à relação direta que se estabelecia entre o desenvolvimento/crescimento das atividades formais e o aumento ou diminuição da informalidade.

A atividade informal em Salvador, no entanto, se desenrolou ao longo do século XX, até os dias atuais, como uma forma de inserção social precária para aqueles que não conseguiram se inserir no emprego formal. E, hoje, devido ao movimento atual das transformações de reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho, tem-se o aumento significativo do contingente desses trabalhadores informais, precários e inseguros.

A informalidade tornou-se cada vez mais presente no espaço sócio-cultural da cidade, funcionando como uma alternativa para os “marginalizados” e “excluídos”. E ainda hoje, está inserida em um cenário de controle e perseguição, por parte do poder público municipal. Pode-se, portanto, perceber como que a atividade de rua de hoje possui uma organização externa ao trabalhador, isto é, este fica a mercê dos agentes da fiscalização. Isso é um elemento presente no passado, mas que ainda caracteriza o trabalho de rua na atualidade, lhe pondo uma marca constante de precarização.

Para Barreto (2003, p.126), o trabalhador de rua aparece, portanto, como o exemplo mais claro de fragmentação da classe trabalhadora, da fragmentação dos homens enquanto classe. Isso é possível devido ao forte grau de diferenciação existente entre os próprios trabalhadores de rua. Diferenciação essa verificada tanto no tipo de atividade exercida quanto nos ganhos e “pontos” auferidos. De fato, pode-se perceber o grau de diferenciação desses trabalhadores através de suas “...atividades, dos produtos e serviços oferecidos, que variam constantemente, dependendo do dia, da estação do ano e das condições do comércio.”(Idem, 2003, p.100).

Uma outra característica do trabalho de rua atual é a incerteza da própria condição de trabalhador. Vive-se o presente, sem certezas futuras e sem saber quanto vai “tirar” no seu longo dia de trabalho. Estes trabalhadores têm a certeza de ter que ir trabalhar, de sua “obrigação” de ir trabalhar, mas não sabem quanto vão ganhar e nem quando e, muito menos se irão permanecer trabalhando. Se irão poder continuar trabalhando naquele local, ou se vão ter que mudar de instrumentos (de serviços, de produtos) de trabalho, ou se vão conseguir competir com empresas capitalistas que a cada dia se espalham pela cidade, oferecendo produtos e serviços de qualidade e com preços mais acessíveis. Portanto, a marca da precarização aqui vem à tona com toda a voracidade e se impõem ao trabalhador como uma força quase onipotente, instituindo-lhe ritmos e medos.

Assim, são desses trabalhadores de rua da atualidade que iremos tratar aqui nesse trabalho, e em específico, suas condições de trabalho a qual iremos apresentar no próximo capítulo. E, por escolha metodológica não vamos nos aprofundar nas inter-relações desses trabalhadores, suas redes de sociabilidade e seus laços de solidariedade. Enfim, sabemos da

importância dessas questões, mas por escolha de análise não cobriremos tais questões. Contudo, não fecharemos as portas para estudos futuros focados nesse âmbito de estudo.

## Capítulo 2 – As condições de trabalho nas ruas

### I - Quem são estes trabalhadores de rua?

O presente capítulo se propõe a discutir a diversidade das condições e do processo de trabalho dos trabalhadores de rua de Salvador no contexto atual, frente a mudanças profundas e perversas no mundo do trabalho formal que implicaram em transformações nos trabalhadores de rua. A análise aqui apresentada atenta para as condições de trabalho nas ruas de Salvador a partir de estudo de caso, onde utilizou-se de 191 entrevistas<sup>14</sup> com trabalhadores que atuavam em regiões e atividades diferenciadas de Salvador. Entre essas regiões estão: Calçada, Suburbana, Liberdade, Centro, Sete Portas, Vasco da Gama, Federação, Rodoviária, Porto da Barra, Piatã, Ondina, Comércio e Cajazeiras. E, dentre às atividades têm-se: vendedor ambulante, camelô, taxista, baianas de acarajé, transporte escolar e trabalhador autônomo. Apesar da diversidade das atividades, três características principais apresentam-se como sendo unificadoras: 1) são atividades que coexistem, em sua maioria, desconsiderando regras normativas em lei ou em procedimentos usuais (Cacciamali, 2000, p.153); 2) normalmente são voltadas para sobrevivência imediata; e, 3) acontecem nas “ruas”.

O conceito de informalidade adotado aqui, como vimos, relaciona-se tanto a formas de organização da produção (unidade econômica), ao trabalho por conta própria e a micro-empresa, como também a diferentes formas de assalariamento ilegal (unidade jurídica). São atividades que têm a marca da precarização, pois são vulneráveis, possuem incertezas de renda e de perspectiva futura; e, são, geralmente, estratégias de sobrevivência, e tem a peculiaridade de acontecerem nas ruas.

A denominação de informalidade, que adotamos aqui, desde já, apresenta características constitutivas peculiares das quais podemos citar: a incerteza da renda, o imediatismo na vida, a não acumulação de renda (individual); o convencimento, a inovação, a criatividade, os baixos custos das mercadorias e serviços (se comparado ao setor “formal”) e a especificidade do

---

<sup>14</sup> Fruto de dois projetos parceiros coordenados pela prof<sup>a</sup> Graça Druck e Iracema Guimarães - CRH/UFBA, (2001 e 2002), nos quais participei como bolsista de Iniciação Científica.



“jeitinho brasileiro” de ser, que pode ser comprovado na tabela 09, abaixo, onde observa-se as principais maneiras apresentadas pelos trabalhadores de como atrair os clientes, servindo até como parâmetro para comprovar ou não, teorias que afirmam existir na informalidade aspectos de marketing e empregabilidade, os quais garantem o sucesso ou pelo menos a continuidade nessa atividade. Dos 162 entrevistados que responderam a essa questão, 61% utilizam o bom tratamento e a inovação como maneiras de venda. Isto evidencia uma característica marcante na atualidade, presente na informalidade, que são as estratégias de venda e convencimento do cliente, que são tão comuns nas mais diversas empresas formais.

**Tabela 09**

**Distribuição de Entrevistados em relação às Maneiras de Atrair Clientes**

MANEIRAS DE ATRAIR OS CLIENTES	Frequência	%
Exposição da Mercadoria	37	18,60
Inovação (colocar placa ou cartaz, panfletos..)	20	10,10
Preços/ Promoções	13	6,50
Bom Tratamento (tratar bem, boa conversa...)	102	51,30
Qualidade do Trabalho / Serviços	6	3,0
Qualidade e garantia da mercadoria	15	7,50
Organização da barraca	5	2,50
Boa Aparência	1	0,50

\* Percentual válido para 162 entrevistados com respostas múltiplas

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

Para se entender quem são esses trabalhadores de rua, torna-se necessário tratar do perfil, do contexto e da orientação espacial, a qual estão sujeitos os trabalhadores de rua. Na maioria das vezes, esses trabalhadores estão expostos às intempéries climáticas e às condições da rua, por vezes, insalubres, próprias da rua, como: má alimentação, poluição ambiental (ruídos) etc. Isto pode ser percebido nas palavras de um dos entrevistados: “Fico ligado ao mesmo tempo no cliente, pivete, fiscalização...” (Entrevista realizada no Centro - 2002).

## Perfil

Do total de entrevistados (191) temos: 66% são homens; a maioria dos trabalhadores é composta por negros, somando-se pardos e pretos, temos um percentual de 83%; e a faixa etária mais expressiva é a de 40 anos e mais, com um percentual de 44%. Ou seja, ainda existe uma maior participação de homens, de negros e dos mais velhos, na informalidade de rua de Salvador (ver tabelas 10, 11 e 12, abaixo).

**TABELA 10**  
**Distribuição por Sexo**

Sexo	V.A.	%
Masculino	126	66,0
Feminino	65	34,0
Total	191	100

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

**TABELA 11**  
**Distribuição por Cor**

Cor	V.A.	%
Preto	74	38,7
Branco	31	16,2
Pardo	85	44,5
Total	190	99,5
Não respondeu	1	0,5
Total	191	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

**TABELA 12****Distribuição por Faixa Etária**

<b>Faixa Etária</b>	<b>V.A.</b>	<b>%</b>
Até 17 anos	4	2,1
18 a 24 anos	34	17,8
25 a 39 anos	69	36,1
Acima de 40 anos	84	44,0
Total	191	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

Do total de trabalhadores, 55,8% são casados (mais concubinato), conforme tabela 13 abaixo, e 48% nasceram em Salvador, conforme tabela 14, abaixo. Esses trabalhadores oriundos de Salvador, já representam uma mudança na caracterização das atividades de rua, que historicamente foi constituída por trabalhadores advindos de outras cidades, geralmente, do campo (migrações). Hoje, a informalidade de rua começa a representar uma atividade eminentemente urbana.

**TABELA 13****Distribuição por Situação Conjugal**

<b>Situação Conjugal</b>	<b>V.A.</b>	<b>%</b>
Solteiro	62	32,5
Casado	73	38,2
Divorciado	7	3,7
Separado	10	5,2
Viúvo	4	2,1
Concubinato	34	17,8
Total	190	99,5
Não respondeu	1	0,5
Total	191	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

**TABELA 14****Distribuição por Local de Nascimento**

<b>Local de Nascimento</b>	<b>V.A.</b>	<b>%</b>
Salvador	91	47,6
Outra cidade da Bahia	88	46,1
Outro Estado	12	6,3
Total	191	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

Podemos perceber uma incipiente mudança na informalidade no tocante a escolaridade desses trabalhadores. Do total de trabalhadores, apenas 2,1% são analfabetos, 41,5% possuem o primeiro grau incompleto, 17,8% possuem o primeiro grau completo, 32% tem pelo menos o segundo grau incompleto e 3% possuem o nível superior. Assim, a relação histórica informalidade e baixa escolaridade começa a evidenciar sinais de mudança, mas ainda de forma muito incipiente, não permitindo fazer uma constatação mais precisa (ver tabela 15 abaixo). Dessa maneira, ainda temos que permanecer com a histórica relação baixa escolaridade e informalidade.

**TABELA 15****Distribuição por Escolaridade**

<b>Escolaridade</b>	<b>V.A.</b>	<b>%</b>	<b>% Válido</b>
Analfabeto	8	4,2	4,2
1º grau incompleto	79	41,4	41,6
1º grau completo	34	17,8	17,9
2º grau incompleto	27	14,1	14,2
2º grau completo	36	18,8	18,9
<b>Superior completo</b>	<b>6</b>	<b>3,1</b>	<b>3,2</b>
Total	190	99,5	100,0
Não respondeu	1	0,5	
Total	191	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

Dos 191 entrevistados, 24% são trabalhadores “ambulantes”, no sentido estrito da palavra – ambulante aquele “que não permanece no mesmo lugar” (Aurélio, 1999) – ou seja, não possuem ponto de trabalho fixo (ver tabela 16); e, 76% são trabalhadores de ponto fixo, que exercem sua atividade geralmente sob o controle do poder municipal.

**Tabela 16**

**Distribuição em relação aos Pontos de Trabalho**

O ponto é fixo	V.A.	%
Sim	145	76
Não	46	24
Total	191	100

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

Do total de trabalhadores, 67% afirmam possuir algum tipo de registro (inscrição ou cadastro) na prefeitura, ver tabela 17 abaixo, o que caracteriza a forte interferência do poder público municipal dentro das atividades de rua. Isso conduz no mínimo a pelo menos um questionamento: Será que esses trabalhadores (as) de rua são tão clandestinos, fraudulentos e ilegais assim? Parece que não, tendo em vista que possuem, em sua maioria, registro e pagam uma taxa por essa inscrição. Até os vendedores das tradicionais “festas de largos”, de bairros de Salvador, também são obrigados a tirarem sua licença (temporária) para trabalharem, com valores que variam de 20 a 100 reais, a depender do tipo de produtos vendidos (bebidas com isopor ou barraca; carrinho com comidas típicas). Assim também ocorre na festa tradicional da cidade, no Carnaval, onde cerca de 4 mil vendedores pagam pela licença.

**Tabela 17**

**Distribuição de Entrevistados em relação a algum tipo de registro**

A atividade tem algum tipo de registro	V.A.	%
Sim	128	67,0
Não	62	32,5
Total	190	99,5
Não respondeu	1	0,5
Total	191	100

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

Em relação a renda, podemos afirmar que na maioria dos trabalhadores, 61%<sup>15</sup>, situam-se na faixa de baixa renda, com até 2 salários mínimos, conforme tabela 18 abaixo. Não vamos aqui tecer maiores considerações, pois essa categoria (renda) não é muito confiável. Muito dos trabalhadores (as) ocultam seus rendimentos ou mistificam-nos.

**Tabela 18**

**Distribuição de Entrevistados em relação ao ganho mensal**

Ganho Mensal	V.A.	%	% Válido
Menos de 1 Salário M	23	12,0	18,7
1 a 2 SM	52	27,2	42,3
2 a 5 SM	33	17,3	26,8
5 a 10 SM	11	5,8	8,9
Acima de 10 SM	4	2,1	3,3
Total	123	64,4	100,0
Não Respondeu	68	35,6	
Total	191	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

## **II – Peculiaridades e condições de trabalho na rua: a rua como um fator de sofrimento**

Compreender quem são esses trabalhadores é também analisar a atividade de rua (informal) no tocante as suas condições de trabalho, descrevendo, por um lado, as peculiaridades da rua e, por outro, o resultante da relação entre as esferas do trabalhador, da atividade, da demanda e do controle por parte do poder público municipal. Vamos então abordar aqui algumas dessas relações para poder situar como se configura essa forma de trabalho hoje.

Os trabalhadores de ponto fixo (76%), conforme tabela 16 acima, possuem, em sua maioria, a definição do espaço de realização da atividade exercida pela prefeitura, o que caracteriza a participação coercitiva do poder público municipal no sentido de controlar a

<sup>15</sup> Percentual válido para um total de 133 trabalhadores, que responderam a esta questão.

atividade; algo que se efetiva friamente na realidade da cidade de Salvador, através do órgão fiscalizador do município para tratar dos vendedores “informais” que é ironicamente conhecido como “RAPA”, o qual podemos denominar de “agente docilizador”. Esta caracterização tem por sentido principal sustentar a hipótese de que os trabalhadores por não terem outras opções de inserção em atividades formais, entram na atividade informal (no seu sentido típico de uma atividade de rua, haja vista que a “rua” é eminentemente um reduto de controle por parte do poder público municipal) e terminam por se inserirem em condições extremadas de regulamentação e controle, o que ocasiona um processo de “docilização”. Este processo constitui-se de duas vias: uma por parte do próprio trabalhador, na busca pela “sobrevivência”, sujeitando-se a condições de trabalho adversas; e outro, pelo poder municipal efetivando suas formas de “controle” truculentas e desrespeitosas.

Podemos entender sucintamente como o trabalhador concebe este órgão do município e, assim, compreender mais um pouco como são as condições de trabalho nas ruas, por exemplo, no relato de um entrevistado em resposta a pergunta: Descreva como é o seu cotidiano de trabalho (dia-dia)?

“É bom, porque tamo trabalhando, não estamos na rua, o ruim é não ter uma proteção, segurança. O rapa vem e esmaga agente. 7 horas da noite ele vem para conferir a banca, sempre tá fiscalizando, perseguindo. Eles forçam agente a desarmar antes da hora”.(Entrevista realizada na Calçada – 2002)

Entre os tipos de violências sofridas pelos entrevistados, o “RAPA” assume um percentual de 34%, como causadores de violência (ver tabela 19) e assume um percentual de 23% como um dos principais problemas do dia-a-dia (ver tabela 20).

**Tabela 19****Distribuição dos Entrevistados por Tipos de Violência**

<b>TIPOS DE VIOLÊNCIA</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Rapa	24	34,30
Assalto	16	22,90
Polícia	5	7,10
Roubo	11	15,70
Agressões no trânsito	3	4,30
De alguém da mesma atividade	5	7,10
Violência dos clientes	5	7,10
Maluco quis bater em todo mundo	1	1,40

\* Percentual válido para 62 entrevistados com respostas múltiplas

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

**Tabela 20****Distribuição de Entrevistados por Principais Problemas**

<b>Principais problemas Enfrentados no dia-a-dia</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Prefeitura / Fiscalização / Repressão	40	23,30
Condições do Comércio	36	20,90
Violência	7	4,10
Infra-estrutura	29	16,90
Relacionamento com Colegas	15	8,70
Condições de Trabalho nas Ruas	34	19,80
Fila de espera para corrida de táxi	2	1,20
Carros Clandestinos	1	0,60
Falta de passageiros	1	0,60
Problemas no trânsito	6	3,50
Falta de trabalho	1	0,60

\* Percentual válido para 149 entrevistados com respostas múltiplas

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA 2002.

Outros relatos de trabalhadores tornam-se bem ilustrativos sobre a relação que se têm com o “RAPA” quando perguntamos “quais os principais problemas enfrentados no dia-a-dia de trabalho?”



“ O rapa, o resto é só alegria” (Entrevista realizada na Rodoviária – 2002)

“ Os fiscais da prefeitura que exigem tanto e não fazem nada pra gente, até o plástico para proteger as mercadorias da chuva, eles tiram. Não fazem nem uma cobertura pra gente, só querem o nosso dinheiro.” (Entrevista realizada no Centro – 2002)

“O sol, porque não tem proteção, a prefeitura tirou nossa lona, para nos esconder do turismo. Falta de clientela, pois eu tinha um ponto com público, agora estou escondido. A prefeitura está marginalizando o ambulante.” (Entrevista realizada na Calçada – 2002)

“ O rapa arranca as lonas e aprisiona as mercadorias que estiver além do limite” (espaço demarcado para a barraca e para as mercadorias). (Entrevista realizada na Centro – 2002)

Estes eventos contrastam com o imaginário de paz, tranqüilidade e harmonia difundidos na capital baiana pelo poder público através da mídia. Outra consideração a ser feita refere-se a falta de respeito com a cultura e a tradição da cidade, visto que muitos dos trabalhadores de rua constituem-se como representações vivas da cultura local.

O trabalhador “informal” nos termos da rua está sendo **triplamente pressionado**. **Primeiro**, pela própria atividade que o “aprisiona”, no sentido da busca pela sobrevivência, 59% não tem ninguém que lhe substitua em caso de impossibilidade de ir trabalhar, conforme tabela 21 abaixo. Isso representa um percentual considerável de trabalhadores que estão parcialmente “presos” na atividade, na busca intensiva pela sobrevivência.

**Tabela 21****Dist. de Entrevistados por impossibilidade de ir trabalhar**

Alguém lhe substitui	V.A.	%
Sim	12	40,3
Não	58	58,6
Total	5	99,0
Não respondeu	2	1,0
Total	191	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

Disto tem-se longas jornadas de trabalho: 52% dos entrevistados têm jornada de 10 à 12 horas diárias; 14% trabalham mais de 12 horas e apenas 9% tem jornada de 4 à 7 horas diárias, conforme tabela 22. Outro fator que demonstra a intensidade de trabalho e que também é importante para confirmar a idéia de que a atividade “aprisiona” o trabalhador, refere-se aos dias de trabalho por semana. 75% dos trabalhadores trabalham entre 6 à 7 dias por semana e apenas 4% trabalham entre 2 à 4 dias na semana, conforme tabela 23, em condições, que muitas vezes, põem em risco o bem estar físico e moral do trabalhador. Isto evidencia que ser um trabalhador nos termos da atividade de rua é estar intensamente em atividade, como ficou retratado acima, onde a maioria dos trabalhadores possuem jornadas com mais de 10 horas de trabalho diário e pelo menos 7 dias de trabalho semanais.

Assim, ser informal é comportar resistência física e moral constante, é “...ser antes de tudo um forte...” na busca pela sobrevivência. Isto comporta um conjunto de disposições à prática que são peculiares, adquiridas com a atividade. Essas disposições tornam-se modelos para formas de trabalho “formais” e, principalmente, estruturam novos agentes os quais, antes inseridos em condições formais, seguras, são lançados com veemência à informalidade, na maior das incessantes lutas, a da sobrevivência. Portanto, pensar o trabalho de rua, é pensar em um “habitus” que é tomado como princípio norteador de outras práticas.

**Tabela 22****Distribuição de Entrevistados por Horas de Trabalho por Dia**

Jornada de Trabalho Diária	V.A.	%
4 à 7 horas	17	8,9
8 à 9 horas	40	20,9
10 à 12 horas	103	53,9
Mais de 12 horas	27	14,1
Total	187	97,9
Não Respondeu	4	2,1
Total	191	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

**Tabela 23****Distribuição de Entrevistados por Dias de Trabalho por Semana**

Quantos dias trabalha na semana	V.A.	%
2	1	0,5
3	3	1,6
4	4	2,1
5	37	19,4
6	95	49,7
7	48	25,1
Total	188	98,4
Não Respondeu	3	1,6
Total	191	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

**Segundo**, sofrem a pressão coercitiva da fiscalização municipal, que através de práticas regulamentadoras provocam a existência de situações tensas e conflituosas, dificultando a “batalha” pela sobrevivência, tornando-se na verdade, muitas vezes, um verdadeiro entrave para a realização da atividade.

**Terceiro**, tem-se a pressão inexorável do envelhecimento, que certamente deixa o trabalhador tenso e pensativo sobre sua realidade imediata e sem muitas perspectivas sobre o futuro que para o trabalhador é incerto e indesejado.

Um exemplo da falta de perspectivas pode ser observado na fala de um trabalhador que encontra no trabalho de rua sua única alternativa de sobrevivência:

“Às vezes eu venho sem vontade, não é cansativo. Venho porque é obrigado para sobreviver, a venda não é essas coisas, não dá lucro. Venho mesmo para sobreviver. Venho para não ficar desempregado devido a idade que estou, ninguém aceita em lugar nenhum. Não tenho dinheiro nem para comprar uma casa”.(Coletado em entrevista – Salvador, 2002).

Neste sentido, a crença do trabalhador na sua vida imediata é limitada. Isto ocorre devido, principalmente, a pouca certeza da renda e a incerteza da aposentadoria. Do total dos entrevistados, 80% não pagam INSS (ver tabela 24), estando, em sua maioria, inseridos em uma imprevisibilidade constante, no tocante a sua própria reprodução social, sem perspectivas quanto à seguridade social.

**Tabela 24**

**Distribuição de Entrevistados em relação ao INSS**

<b>Paga INSS</b>	<b>V.A.</b>	<b>%</b>
Sim	38	19,9
Não	153	80,1
Total	191	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

Do total de entrevistados (191), 84% não tem plano de saúde, e destes 65% utilizam o SUS, conforme tabela 25 e 26, ou seja, dependem ou de rendimentos para pagar tratamento médico particular, ou vivem a mercê do Serviço Único de Saúde; estando, portanto, a mercê do poder público municipal, estadual e federal.

**Tabela 25****Distribuição de Entrevistados por Plano de Saúde**

<b>Tem plano de saúde</b>	<b>V.A.</b>	<b>%</b>
Sim	31	16
Não	160	84
Total	191	100

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

**Tabela 26****Distribuição de Entrevistados que Utiliza o SUS**

<b>Utiliza o SUS</b>	<b>V.A.</b>	<b>%</b>
Sim	125	65,4
Não	30	15,7
Total	155	81,2
Não se aplica	31	16,2
Não respondeu	5	2,6
Total	191	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

Através dos dados apresentados, fica evidente o processo de precarização na informalidade e, mais especificamente, nas atividades de rua, as quais, no contexto atual, sofrem com mudanças no ordenamento público e também com a entrada expressiva de “novos informais”. Estes, advindos de trabalhos formais, alguns mais escolarizados, constituem-se, crescentemente, por trabalhadores de origem da própria capital baiana. Este tipo de inserção social possui características marcantes, como ficou evidenciado anteriormente, as quais, todavia, não são exclusivas da informalidade, mas a cada dia tornam-se comuns nas ocupações formais, tidas como seguras. Portanto a precarização é um processo abrangente e que precisa ser delineado em seus contextos específicos. Mas, que de ante mão, constitui um processo de fragilização da condição de classe trabalhadora, fragmentando-a, tornando-a cada vez mais heterogênea, enfim, a precarização do trabalho instaura um processo de deterioração da condição humana. Como evidencia Bourdieu (1998, p.120-121), a precariedade torna o futuro incerto, impede qualquer antecipação racional do futuro e impossibilita qualquer reação coletiva.

Assim, os trabalhadores “informais” de rua, principalmente os camelôs e ambulantes, possuem pouca organização coletiva no tocante as reivindicações, não conseguem constituir certezas no presente para antecipar/prever ou lutar por um “futuro”, por melhorias coletivas. Muitos acabam se inserindo em redes de relações específicas e obtendo ganhos individualizados, como melhores pontos de trabalho e coisas do tipo. Apesar disso, os informais de rua, atualmente, possuem uma taxa de sindicalização expressiva, se comparado com o trabalho “formal” - 26 % dos trabalhadores informais são sindicalizados (ver tabela 27).

**Tabela 27**

**Distribuição de Entrevistados por Filiação a Sindicato ou Associação**

Filiação a Sindicato ou Associação	V.A.	%
Sim	50	26
Não	140	73
Não respondeu	1	1
Total	191	100

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

De 133 trabalhadores (70 % do total de entrevistados) que responderam a pergunta: *o que você acha do sindicato ou associação da sua categoria?*(ver tabela 28) 40% responderam negativamente ao sindicato, dizendo não confiar, que ele não atua, não tem força política, é ruim, está vinculado à prefeitura; 15%, diz não conhecer o sindicato e 14% fez uma avaliação positiva (atuante, ajuda, é bom).

**Tabela 28****Distribuição de Entrev. Sobre o que acha do Sind. ou Assoc. de sua Categoria**

O que acha do sind. Ou assoc. da sua categoria	V.A.	%
Não sabe, não conhece	29	15,2
Não participa / não confia	11	5,8
Não atua, não resolve nada	48	25,1
Atuação comprometida com a prefeitura	8	4,2
Não tem força política	8	4,2
Avaliação positiva ( Atuante, ajuda, é bom,...)	27	14,1
É ruim / O sindicato não reconhece a categoria	2	1,0
Total	133	69,6
Resposta insuficiente	2	1,0
Não respondeu	56	29,3
Total	191	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

Desta maneira, pensar sobre o nível de expressividade dessas organizações é antes de qualquer coisa indagar se efetivamente o sindicato<sup>16</sup> dessa categoria é uma instância de confiança (atuante), ou se são os trabalhadores que estão desmotivados devido a sua condição de existência precária. Entretanto, de fato, tem-se que atentar para os 40% dos entrevistados que fizeram uma avaliação negativa sobre as organizações. Ambas as hipóteses levantadas acima aparecem como significativas, porém, certamente, a segunda apresenta-se como mais preponderante, haja vista que são os próprios trabalhadores que estruturam suas categorias (representativas) e lutam para sua manutenção e participação política. Portanto, é devido principalmente ao baixo nível de agregação política e coletiva desses trabalhadores que não se têm uma resistência expressiva às coerções impostas pelo poder municipal, salvo alguns casos, como no relato de alguns vendedores da calçada os quais disseram que lá o sindicato e a associação de ambulante fez um ato na rua, junto com os trabalhadores, e barrou a ação do “RAPA”, mas isso foi um caso isolado e transitório. Conseqüentemente, devido ao que foi trazido aqui, não há a cristalização de políticas públicas que visem apoiar o desenvolvimento e a melhoria dessas condições precárias de inserções sociais desses trabalhadores (as).

<sup>16</sup> Existem vários sindicatos e associações para representar a categoria de trabalhadores de rua, ou de trabalhadores informais de rua, e não vamos nos ater aqui a especificar as referidas entidades, mas vamos tratá-las de um modo geral.

Uma outra característica percebida nessa atividade é a naturalização de um “estigma” que imputa um sentido de bagunça, desordem, algo negativo, pejorativo e que é constituído e efetivado nas relações sociais, referindo-se principalmente àquelas atividades de rua “tradicionais” (vendedores ambulantes, camelôs, vendedores de comidas, encanadores, pedreiros, entre outras). Estas, porém, têm suas origens na cidade de Salvador, antes mesmo do século XIX, o que gera um paradoxo entre modernidade e tradição, imbricado um no outro - o velho e o novo, o atraso e o moderno -, conferindo através dessa relação uma baixa estima naqueles que exercem essas atividades, como foi apresentado por dois entrevistados:

“Sofro a discriminação pelos consumidores (...) apesar de sermos os primeiros comerciantes do mundo: tudo começou por isso aqui. E existem pessoas que preferem pagar 100% a mais do que comprar a mesma mercadoria em nossa mão.” (Entrevista realizada na liberdade com um camelô – 2002)

Outro entrevistado relata: “Qual a moral que um camelô tem?”.(Entrevista realizada no Centro com um camelô – 2002)

Conforme as circunstâncias precárias de condições e processo de trabalho evidenciadas anteriormente, pode-se perceber que os trabalhadores de rua estão inseridos em condições insalubres e adversas de trabalho e de vida, na atualidade, mas ainda assim persistem na informalidade, por uma razão inexorável, a sobrevivência, ou melhor, a existência no limite da sobrevivência. Para tanto, desenvolvem facetas nunca vistas: inventam e reinventam maneiras de venda que possibilitam sua inserção em ambientes nunca permitidos, locais restritos, os quais se abrem para vislumbrar e usar desses “flexis-informais” no intuito de satisfazer regozijos e encantar turista.



## **Capítulo 3 – O trabalho de rua e o processo de alienação, em específico, os trabalhadores tradicionais: Considerações finais.**

### **I – O trabalho de rua**

A categoria trabalho de rua, como foi desenvolvida e utilizada nesse estudo, representa uma forma de opção metodológica de análise, que possibilitou agregar numa mesma condição – a rua – as tão heterogêneas atividades informais. É mister, portanto, ressaltar aqui que ao fazermos essa denominação “trabalho de rua” se quer chamar a atenção para o elemento histórico e tradicional que essa categoria representa.

Após essa ligeira nota metodológica, vamos adentrar na complexa relação da alienação com esse trabalho de rua, como um dos mais representativos segmentos da informalidade.

### **II – O processo de alienação**

Pretende-se abordar neste capítulo a relação entre informalidade e alienação, partindo da compreensão da alienação como um processo social<sup>17</sup>, tendo como objetivo apresentar (de modo inovador) o trabalho de rua como mais uma forma de trabalho alienado, que sai dos ditames explícitos da relação direta trabalho e capital, trabalhador e capitalista; ou seja, está fora do espaço do trabalho formal ou da organização capitalista, em específico do processo de trabalho formal.

O processo de alienação na informalidade de rua, concretamente, pode ser relacionada à esfera da circulação, e não, necessariamente, a esfera da produção, pois, comumente, são poucos

---

<sup>17</sup> Alienação como um processo social implica na compreensão desta como sendo composta por macros e micros elementos sociais, como: a dependência para com o movimento do capital, que implica em uma subsunção e

os trabalhadores de rua que realizam uma atividade produtiva no sentido de produzir bens de consumo. A maioria dos trabalhadores de rua, em especial, a maioria dos vendedores ambulantes, tanto os de ponto fixo como os ambulantes que foram aqui estudados, enquadra-se nessa ótica. Assim, por escolha metodológica optaremos por partir do mais geral, logo, dos trabalhadores de rua como agentes da circulação. E, partindo desses trabalhadores podemos, de início, constatar dois elementos cruciais para estruturação de sua prática diária. Por um lado, tem-se a caracterização de sua atividade, que são os instrumentos de trabalho, que pertencem ao próprio trabalhador; por outro, tem-se a rua, a qual se insere como o principal meio de trabalho, que para o trabalhador está alheia, externa, não é propriedade sua e lhe é coercitiva. Este trabalhador, inserido na rua, não possui liberdade/controla<sup>18</sup> diante de seus instrumentos de trabalho e, nem sequer diante da organização de sua atividade (não lhes sendo permitido aumentar ou diminuir a estrutura de sua barraca). Para a maioria dos que se encontram em conformidade com a regulamentação municipal, a condição de submissão diante do "ser estranho", que no caso é o poder público municipal, é uma realidade sempre presente. Essa regulamentação visa, entre outras coisas, padronizar e uniformizar os trabalhadores, tirando-lhes um pouco de suas individualidades (e de sua liberdade para com a atividade) para melhor controlá-los.

Considerando o que já foi dito, levando em consideração o trabalho como a relação entre o homem e o mundo externo sensível, o que implica em transformação (criação), será que podemos afirmar que este trabalho está contido no trabalho de rua? Nestes termos, cabe indagar: será que a atividade de rua (enquanto agentes da circulação) é uma forma de trabalho ou é sua não realização?

No trabalho de rua podemos observar o processo de alienação em dois planos intrinsecamente relacionados.

**No primeiro**, temos uma acepção mais geral, situada no plano do trabalho abstrato. Um plano que está para além do real imediato e se caracteriza por ser uma forma comum, genérica,

---

exploração da força de trabalho; e os processos micro peculiares a própria condição de trabalhador de rua, a imediatividade na vida, longas jornadas, insegurança, precarização.

<sup>18</sup> Liberdade aqui, não se refere ao sentido filosófico de "ser livre", ou "estar livre", ou "sentir-se livre", na verdade, queremos aqui, relacionar a idéia de liberdade para exercer a atividade, para modifica-la, controla-la de acordo com sua vontade e não como consequência de uma imposição externa.

presente em todas as mercadorias, seria o componente que forma o valor quantitativo da mercadoria, forma o próprio valor-de-troca, e se encarrega de ser a forma aparente e fetichizada da mercadoria. Assim, pensar o trabalho de rua nestes termos é concebê-lo em sua relação como mais uma força de trabalho, mais um agente do trabalho abstrato, que mantém a forma valor-de-troca das mercadorias. Em outras palavras, podemos caracterizar esse trabalho de rua como disseminador da forma trabalho abstrato corporificada na mercadoria, através do “trabalhador gratuito”, agente da circulação, os quais também constituem-se como componentes do exército industrial de reserva, condição que os mantém em intrínseca relação de dependência e complementariedade com o capital.

Nessa relação mais geral do trabalho de rua que o situa como mais uma forma de trabalho abstrato, podemos situar a condição de “trabalhador gratuito”, a qual relaciona-se a esfera da circulação, onde o trabalho de rua funciona como um meio de transformar o “capital-mercadoria” em dinheiro, para ser novamente transformado em “capital-dinheiro” e reiniciar o ciclo da produção. Portanto, aqui, também podemos perceber a estreita relação de funcionalidade da informalidade com o capital, pois o informal realiza o movimento do capital gratuitamente, sem custos para o capitalista, que, além disso, utiliza-se de um trabalhador vivaz (faminto pela sobrevivência). Neste circuito, quanto maior a circulação de mercadorias, maior o lucro para o Capital (Marx, 1991).

O trabalho de rua, como vimos no capítulo 1, compõe o excedente de mão-de-obra apta a ingressar no trabalho formal e funciona como um elemento de pressão contra os trabalhadores formais, além de contribuir para baratear o valor da “cesta de consumo” do trabalhador formal, logo diminuir ou baratear seu salário. Este trabalho de rua, como vimos, se insere na condição de “superpopulação relativa estagnada”, por ser a “...parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular (...). Sua condição de vida se situa abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora...” (Marx, 10002, p. 746, citado na página 38). Isso serve para nortear a existência da estreita relação da informalidade com o movimento do capital, como já mostrava Oliveira (1972), a existência de uma forte ligação entre a expansão da moderna agricultura e os vendedores de frutas (camelôs); e entre a expansão do capitalismo e a formação de um ampliado setor de serviços não-estruturado, mas que surge para atender a demanda do desenvolvimento do capital. Não é diferente em relação ao exército industrial de reserva, na

verdade, a relação que se estabelece é de complementariedade, o desenvolvimento do capitalismo, como afirma Prandi (1978), mantêm esses trabalhadores informais, os recria ou os destrói. Isso possibilita compreender, no plano geral, como se estabelece uma das relações de alienação social para com o capital, de dependência, de subsunção.

**No segundo plano**, o plano do trabalho concreto, parte qualitativa da mercadoria, ou seja, parte singular da mercadoria, formador do seu valor-de-uso, intrinsecamente relacionada às condições reais de realização da mercadoria e que, comumente, situou-se na condição de subsunção ao trabalho abstrato, isto é, situa-se como o segredo da mercadoria, sua história que não é revelada em sua forma aparente, em sua forma valor (de troca).

Neste plano do trabalho concreto, podemos entender melhor a condição da alienação como um processo social em relação a informalidade, pois se trata de um plano concreto, plano do próprio trabalho, de suas condições reais de realização. Aqui, talvez, pode-se denominar o plano da materialidade.

As condições de trabalho da atividade de rua podem ser caracterizadas como sendo um fator preponderante nesta relação de alienação. Nos termos apresentados das condições de trabalho na rua, podemos compreender uma "... relação de impotência e sofrimento diante da atividade, dirigida contra o trabalhador e independente deste, que não lhe pertence" (Marx, 2003, p. 115; essa citação tem na página 09 do cap. 1). Aqui, o trabalhador "...nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se as energias fisicamente e arruina o espírito (...) o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é trabalho forçado (...). O trabalho que o homem se aliena é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de martírio." (Marx, 2003, p.114, dito na pag. 09). Esses trabalhadores (em específico, os camelôs de ponto fixo) alienam-se diante de um trabalho que lhe é imposto, como única possibilidade de manter-se vivo, como única possibilidade de não cair no horror místico deste mundo esclarecido, desse mundo do capitalismo global e anti-social, onde a exclusão e a precarização do trabalho e da vida passaram a ser a via de crescimento econômico capitalista.

Esse processo de alienação na atividade, vivido pelo trabalhador de rua, dá-se em oposição a um "ser estranho", que aqui é o poder público municipal. Este dita a organização do

trabalho, logo, impõem ritmos e controles, além de decidir quem entra ou quem pode ou quem não pode trabalhar nas ruas. Portanto, a "atividade" (do camelô de ponto fixo) aparece como oposta e externa ao trabalhador; sua dinâmica de funcionamento é pré-estabelecida<sup>19</sup>. Instituiu-se o horário que devem ser montadas e desarmadas as barracas; proibi-se a utilização de bancos ou cadeiras, não é permitido colocar lonas, papelões, plásticos ou qualquer outro material sob a barraca, nem para proteger as mercadorias do sol intenso e das chuvas; o chão tem uma linha de marcação do espaço que deve ser ocupado pela barraca, que possuem as mesmas cores. Ela é, obrigatoriamente, paga pelo trabalhador. Os trabalhadores pagam uma taxa de inscrição anual. Até o local onde o trabalho vai ser executado é previamente definido, muitas vezes é resultante de alguma relação que o vendedor tenha com um político ou com alguém da prefeitura, ou, em última instância, ao seu tempo de inserção nessa atividade - os que têm mais tempo de atividade normalmente tem preferência.

O trabalhador, dentro deste cenário descrito, ainda pensa, em muitos casos, que tem o pleno controle de sua atividade, como no depoimento de um trabalhador do centro da cidade:

Estou na rua, porque, aqui não tenho patrão. Chego a hora que quero, venho quando quero, ninguém tá aqui me dando ordens. Tem só o RAPA que me persegue. Todo dia eles inventam uma coisa: trocam a barraca, marcam o chão. Mas, dá pra se viver, não se ganha muito, mas se vive. (Vendedor no centro da cidade - 2002)

Ou seja, no próprio discurso do trabalhador pode-se perceber algum tipo de contradição, como neste caso, onde ele diz que não tem patrão, vem a hora que quer, quando quer, ninguém dá ordens. Mas, sabe-se que ele tem o horário pré-estabelecido; ele recebe ordens do "RAPA", que não dá "trela", e quando chega é com truculência, como diz um outro trabalhador "os home não aliveia, só quer dinheiro" (Centro -2002).

---

<sup>19</sup> Até cursos de "boas-maneiras" é oferecido aos trabalhadores, pela prefeitura, as vezes torna-se um requisito para obtenção da licença.

A rigor, a alienação como um processo social observado na atividade acontece, então, nesses casos onde existe a regulamentação, mas também pode ser verificada entre os vendedores sem ponto fixo, os ambulantes. Para estes, existe (também) um processo de perseguição, controle e organização do trabalho de maneira externa ao trabalhador, isto é, sua atividade é externamente determinada. Para esses trabalhadores ambulantes as regras costumam ser até mais impositivas e violentas. Quer dizer, primeiro, a ação é mais direta, pois muitos dos ambulantes não têm nenhum tipo de registro e, quando o tem é específico para uma área e para um tipo determinado de produto; segundo, a fiscalização é mais violenta, pois, quando o "RAPA" surpreende um trabalhador vendendo em um local proibido - como no caso de vendedores com caixa de isopor situados na passarela ou na frente do Shopping Iguatemi, ou nos passeios (calçadas) da avenida Joana Angélica no Centro, ou na estação de transbordo da Lapa, locais que são altamente "vigiados" pelos agentes da fiscalização - "o bicho pega": os fiscais (os "azulsinhos"), que, agora, passaram a andar a paisana (disfarçados), em grupo, simplesmente, partem literalmente para cima dos trabalhadores e tomam tudo que estiverem com eles, levam a mercadoria, seja ela qual for, levam o isopor, em outros casos, levam o "carrinho" de milho, de cachorro-quente, o carrinho de mão, enfim, tomam tudo, de maneira violenta e truculenta, sem se importar com os berros e lamentos do trabalhador.

Nesses momentos de ação oficialmente reconhecida e legitimamente instituída pelo poder público municipal, os transeuntes param, olham perplexos, saem um pouco de suas individualidades e, simplesmente, ficam chocados, espantados, vendo uma das mais contraditórias e hilárias expressões do mundo civilizado, de um país inserido no ideário do capitalismo globalizado. Por um instante, possibilita-se se pensar o porquê de uma repressão ao trabalho, se vemos com os políticos, com as pesquisas, com o mundo um prognóstico (que soa mais como um clamor, um aviso) para a necessidade de se criar novas formas de trabalho devido a uma imensa população miserável que vive no limite da sobrevivência, uma gama de excluídos, que por um lado alimentam a criminalidade, e por outro, garantem as eleições e reeleições. Assim, no mínimo, essa ação repressiva parece estar na contramão da história, além de possibilitar o riso da não compreensão do poder público municipal, que mais parece interessado em subverter seus "miseráveis trabalhadores" a uma condição de "sub-miserabilidade", ou lançá-los rapidamente para o "fardo do esclarecimento", que atinge sem piedade os menos favorecidos.

Por fim, podemos ainda relacionar esse processo de alienação social do trabalhador de rua à espécie humana, do trabalhador em relação ao ser genérico (não iria não mais relacionar a Marx). Essa alienação rompe o homem da condição de ser genérico, destitui o homem de sua característica universal, reduzindo-o a uma mera condição de vida individual, que vincula sua vida (existência) a um simples meio de vida, no qual o trabalho assume a feição de ser apenas um meio de sobrevivência. Aqui, o homem perde sua característica universal de ser portador de vontade e consciência em relação à atividade vital, ou seja, o homem perde a capacidade de escolher o meio mais satisfatório (para si) para atender a suas necessidades, para se auto reproduzir ( ele perde sua identidade com o ser genérico). No momento em que o homem perde essa capacidade consciente de escolha, ele assemelha-se a um animal.

Nestes termos, o homem alienado em relação ao seu ser genérico é um homem que transforma a sua atividade, o seu ser, em simples meio de sua existência. Não imprime suas marcas na atividade, na natureza e, por consequência, no mundo, perdendo sua característica transformadora. Isto pode ser observado nos referidos trabalhadores de rua, que na sua maioria, obtém na rua apenas o necessário para sua auto reprodução, logo, para sua sobrevivência imediata. Isto termina por ser mais um agravante na constituição da vida desses indivíduos, que se inserem ao mesmo tempo em fortes e ampliadas redes de solidariedade e em mecanismos vorazes de individualidade. Esta relação proposta aqui de alienação em relação ao gênero humano pode ser vista, fortemente, pela busca incessante desses trabalhadores pela sobrevivência, implicando em inserções altamente precárias, longas jornadas de trabalho, atividade controlada pela fiscalização, e tudo isso pode ser pensado como uma situação oriunda da condição alienante desse trabalhador diante do homem genérico. Este indivíduo da rua (em sua maioria) perde a vinculação da atividade a outras necessidades, para além da sobrevivência, e quando o fazem é, muitas vezes, para atender a necessidades ditadas pela sociedade do consumo, como na incorporação de um “status forçado”, de tentar se inserir num tipo de vida que não é o seu. É provável que esta situação de ter na atividade um mero meio de vida seja reflexo da condição da própria atividade, a de ser estritamente marcada pela insegurança e instabilidade de renda e da falta de perspectiva presente e futura, da constante incerteza instaurada na vida. O trabalhador de rua inseri-se numa condição de imediatividade exorbitante: ele tem que “vender hoje para comer amanhã”, ou ,simplesmente, “vender hoje para pagar o que comeu ontem”.

## II – Considerações Finais

Vamos agora, após esse percurso teórico e empírico dar um encaminhamento que é muito mais supositivo do que definitivo em direção a uma possibilidade de resposta ao nosso problema: **O trabalho de rua de Salvador do século XXI é resultante de uma escolha autônoma do trabalhador?**

Conforme os dados apresentados e os encadeamentos metodológicos aplicados nesse trabalho, podemos situar o trabalho de rua como sendo resultante de uma impossibilidade de inserção em atividades formais, hoje, decorrente de reestruturações no capitalismo, que terminaram por reduzir o emprego formal, alavancar o desemprego estrutural e intensificar atividades informais, como vimos no corpo desse trabalho. Assim, percebemos que o trabalho de rua é muito mais resultante de uma "escolha forçada", na qual não havia outra opção, do que de uma "escolha autônoma" (entre outras possibilidades) do trabalhador.

Em relação à situação de alienação, é marcante a crescente incidência da informalidade em junção com mecanismos de alienação dos trabalhadores inseridos em tais situações, como evidenciamos anteriormente, o trabalhador está em uma condição, enquanto mais uma forma de trabalho abstrato, mais uma forma de trabalho, numa condição de alienação social em ao movimento do Capital. Tem-se, também, no plano do trabalho concreto, o processo de alienação em relação à atividade que lhe é externa e imposta; está também, em alienação ao ser genérico, pois ao trabalhador de rua só resta-lhe a sobrevivência como sentido da atividade; e por fim, a alienação em relação aos outros homens, que é conseqüência da alienação e relação ao ser genérico. Portanto, **a atividade de rua é uma atividade alienante e que impõem uma condição de sofrimento para quem o executa.**

Conforme Dejours (1999, p.19), sofrem todos que não conseguem se empregar (desempregado primário) ou reempregar-se (desempregado crônico), passando pelo processo de dessocialização progressivo (enfraquece os laços com a família, com os relacionamentos em



geral e consigo mesmo). É sabido que esse processo leva à doença mental ou física, pois ataca os alicerces da identidade. Através dessa referência a Dejours, podemos fazer o seguinte questionamento que para nós servirá muito mais a título de reflexão do que de constatação: **Será que o trabalho de rua, nos delineamentos apresentados nesse trabalho, também não está conduzindo para um progressivo sofrimento físico e mental?** Devemos ter como parâmetro para esse questionamento os contextos específicos da rua, como: insegurança, incerteza, precarização, longas jornadas de trabalho, intensivo controle externo, falta de perspectiva na vida, falta de previdência social e de seguridade social. Ou seja, será que o trabalho de rua, na atualidade, não está sendo um meio de sofrimento e aprisionamento do indivíduo ali inserido, que se mantém vivo, conquistando a sobrevivência, mas em contra partida se definhando, embrutecendo seu ser.

Para Dejours (1999, p. 24), esse processo de sofrimento do desempregado primário e do crônico se mantém devido a uma tolerância e uma banalização para com a injustiça; é justamente a falta de reações coletivas e de mobilizações para com essa injustiça que possibilita o aumento progressivo do seu desenvolvimento e de seus estragos psicológicos e sociais. Assim, o trabalho de rua, de maneira similar, permanece como um fator de sofrimento por não haver reações coletivas e mobilizações<sup>20</sup> para barrar as injustiças, no caso, o controle externo e a vigilância do poder público municipal, além de não haver nenhuma reação no sentido de lutar em prol de conquistas em direção a seguridade social.

Na verdade, o trabalho de rua constitui-se de duas faces: uma é a aparência, que se caracteriza por assumir uma feição de atividade autônoma, realizada para o próprio trabalhador, com liberdade de controle diante dos instrumentos e meios de trabalho; a outra face, é a própria essência da atividade de rua, a qual revela a condição de funcionalidade e subsunção ao capital, como trabalhador gratuito e exército industrial de reserva. Esse é o trabalho de rua, que na atualidade é mantido em uma opaca situação de comodismo e acomodação controlada, onde uns poucos se beneficiam com algumas conquistas individuais, melhores pontos de venda, e outros tantos se sujeitam, em sua maioria, aos ditames da “ordem”. Como afirma o próprio Dejours (1987, p. 34) o subproletário ou as populações dos países subdesenvolvidos, vivem em função da

---

<sup>20</sup> Poucas reações são esboçadas, pontuais e em momentos agravantes, como no caso dos trabalhadores (as) do bairro da Calçada (situado na cidade baixa de Salvador), que juntamente com o sindicato dos vendedores

sobrevivência. Para o trabalhador de rua não é diferente, é ainda mais grave, não se pode nem “parar” para ficar doente, senão morre de fome (ou em alguns casos torna-se ainda mais miserável). E aí, qual escolha se faz?

### **Referência Bibliográfica**

ADORNO, T. W. & HORKHEIMER, M. O conceito de esclarecimento. In: Dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro, Zahar, p. 19-52, 1985.

ALVES, Giovanni. O Novo (e precário) Mundo do Trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5 Ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. 258 p.

ASTRADA, Carlos. Trabalho e alienação: na fenomenologia e nos manuscritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

BARRETO, Theo da Rocha. A precarização do trabalho e da vida dos novos trabalhadores informais: o trabalho flexível nas ruas de Salvador. Monografia de Bacharelado de Sociologia. Salvador, FFCH/UFBA, 2003.

BORGES, Angela Maria Carvalho. Desestruturação do Mercado de Trabalho e Vulnerabilidade Social: a região metropolitana de Salvador na década de 90. Tese de doutoramento em Ciências Sociais. Salvador, FFCH/UFBA, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. 151 p.

---

ambulantes barraram a ação do “RAPA” e da polícia, que visava transferi-los de lugar. Essa mobilização parou o

- BALTAR, Paulo Eduardo Andrade, DEDECCA, Cláudio Salvatori. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. In: Estudos Econômicos, IPE – USP, São Paulo, 1997, v. 27, n. especial. P. 65-84.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In: CAMARGO, J. M. e GIAMBIAGI, F. (Org.) Distribuição de rendas no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 121-143.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. In: Economia e Sociedade, Campinas: Unicamp. I.E., n. 14, jun. 2000. p.152 – 174.
- CARVALHO, Inaiá. Problemas de emprego em áreas urbanas da Bahia. Salvador: CRH, 1986. 131p.
- CARVALHO, Inaiá M. M. de. A produção não-capitalista no desenvolvimento do capitalismo em Salvador. In: SOUZA, Guaraci A Alves de. *Bahia de todos os pobres*. Salvador: Vozes, 1980.
- CASTEL, R. As metamorfoses da questão social. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- CERQUEIRA, Monique Borba. Os guardiões do tempo sobrevivem à cidade veloz: Trabalho informal e saúde, dimensões da exclusão social. Dissertação de Mestrado de Sociologia. Campinas: Unicamp, dez. 2000.
- DEJOURS, Christophe. A banalização da injustiça social. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: FGV, 4 Ed. ,2001.
- \_\_\_\_\_. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. São Paulo: Cortez, 2ª Ed., 1987.
- DRUCK; Graça; BORGES, Angela. Terceirização: Balanço de uma década. *Caderno do CRH*, Salvador, v. 37, p. 111-139, jul./dez. 2002.

- DRUCK, Graça. Algumas considerações teóricas sobre o trabalho na sociedade capitalista. In: *CUT, DSS e Economia Solidária: debate conceitual e relatos de experiência*. Recife: CUT, p. 11-23, 2000.
- FARIA, VILMAR. DIVISÃO INTER-REGIONAL DO TRABALHO E POBREZA URBANA: O CASO DE SALVADOR. IN: *BAHIA DE TODOS OS POBRES*. SALVADOR: VOZES, 1980, 214p.
- FERREIRA, Alberto Heráclito Filho. Desafricanizar as ruas: Elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador. In: *Revista Afro-Ásia*, 1998-1999, n. 21 –22, p. 239-256.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, (1910-1989). Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3ª Ed., 1999.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 26. ed. 1995.
- HUGON, Philippe. O Setor Informal: balanço de 25 anos de trabalho. In: *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 1997, v. 18, n. 2, p. 32-63.
- HARVEY, David. A condição pós-moderna. Tradução de Adail Sobral; Maria Gonçalves. 8ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- HIRATA, Helena; PRÉTECEILLE. Trabalho, Exclusão e Precarização sócio-econômica: o debate das ciências sociais na França. *Caderno do CRH*, Salvador, v. 37, p. 47-80, jul./dez. 2002.
- KONDER, Leandro. Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. Rio de Janeiro: Editora civilização Brasileira, 1965.
- LIMA, Beatriz Melo Flôres. Criptoeconomia ou economia subterrânea. Rio de Janeiro, 1985.

- MACHADO, Ana Flávia. Trabalhador por conta-própria: heterogeneidade e desigualdade de renda em regiões metropolitanas. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1993.
- LEMOS, Denise Vieira da Silva. Revolução do Trabalho? o caso do repensar: uma experiência única de mudança organizacional no Brasil. Salvador, 2003.
- MARX, Karl. O trabalho alienado, primeiro manuscrito. In: *Manuscritos econômicos e filosóficos*. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Editora Mantin Claret, 2003, Cap.4, p. 110-122.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia Alemã (Feuerbach). São Paulo: Editorial Presença e Livraria Martins Fontes, 3 Ed. , 1976.
- MARX, Karl. O Capital: Processo de produção capitalista. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 2ª Ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira. Livro 1, v. 2. 1971.
- MARX, Karl. O Capital Comercial. In: Capital: O Processo Global de Produção Capitalista. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1991. Cap. XVI do Livro 3, v. 5, p. 309-323.
- MELO NETO, Antônio de Pádua. A forma de distribuição da PLR e seus impactos no salário e na organização da classe trabalhadora – o caso da Petrobrás (1999-2002). Salvador: Monografia de conclusão do Curso de graduação em Ciências Econômicas da UFBA., 2003.
- OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. In: *Estudos Cebrap 2*, São Paulo: CEBRAP, out. 1972, p. 3-82.
- POCHMANN, Márcio. O trabalho sob o fogo cruzado: Exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: contexto, 1999.
- PRANDI, José Reginaldo. O trabalhador por conta própria sob o Capital. São Paulo:

Edições Símbolo, 1978.

RANIERI, Jesus. A Câmara Escura: alienação e estranhamento em Marx. São Paulo: Boitempo, 2001.

REIS, João José. A Greve Negra de 1857 na Bahia. In: Revista da USP, São Paulo, n. 18, jul. ago. 1991.

SANTANA, Macedo. Mudanças nas formas de inserção da população ocupada na década de 1990. In: Panorama Social da Bahia nos anos 90. Série Estudos e Pesquisas. Salvador: SEI, 2003, p. 45-61.

SANTOS, Laymertg dos. Alienação e capitalismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

SANTOS, João Bosco Feitosa. O avesso da maldição do gênesis: a saga de quem não tem trabalho. São Paulo: Annablume, 2000.

SENNETT, Richard. A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2000.

SINGER, PAUL. A ECONOMIA URBANA DE UM PONTO DE VISTA ESTRUTURAL: O CASO DE SALVADOR. IN: *BAHIA DE TODOS OS POBRES*. SALVADOR: VOZES, 1980, 214p.

SOUZA, GUARACI A. A. DE (ORG.) FARIA, VILMAR. BAHIA DE TODOS OS POBRES. SALVADOR: VOZES, 1980, 214p.

SUERDIECK, FLÁVIA SANTANA. CARACTERIZAÇÃO E TENDÊNCIAS DA OFERTA DE MÃO-DE-OBRA NA BAHIA NOS ANOS 1990. IN: *PANORAMA SOCIAL DA BAHIA NOS ANOS 90*. SÉRIE ESTUDOS E PESQUISAAS. SALVADOR: SEI, 2003, p. 25-44.

TOMAZINI, SONIA TEREZINHA. EMPREGO INFORMAL E TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA: UM ESTUDO DA DIVERSIDADE DE MANIFESTAÇÃO DO PROBLEMA DA FALTA DE EMPREGO NO BRASIL. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ECONOMIA. CAMPINAS: UNICAMP, MAIO DE 1995.

WEBER, MAX. A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO. TRAD. MARIA IRENE

SZMRECSÁNYI. 10.ED. SÃO PAULO: LIVRARIA PIONEIRA, 1996. [N.P.].